

IOF O CONGRESSO CONTINUA A RESISTIR
AO AUMENTO DE IMPOSTOS PARA OS RICOS
E A ALTERNATIVA APRESENTADA PELO
MINISTRO HADDAD ENTRA NA BERLINDA

EUA TRUMP COMANDA UMA ESCALADA
AUTORITÁRIA, IGNORA A AUTONOMIA
DOS ESTADOS E MOBILIZA AS FORÇAS
ARMADAS CONTRA A PRÓPRIA POPULAÇÃO

CartaCapital

CartaCapital

30
ANOS

GOLPISTAS BUFÕES

O SHOW DE GAFES, OMISSÕES E MENTIRAS
PROTAGONIZADO POR **BOLSONARO E SEUS COMPARSAS**
DURANTE OS DEPOIMENTOS AO STF



cartacapital.com.br

ANO XXX Nº 1368

R\$ 21,90

18 DE JUNHO DE 2025



basset
editora



FENAE COM ELAS



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code, conheça mais a campanha e nossas iniciativas. Doe e ajude!

Talvez você ainda não saiba, mas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o Brasil é o quinto país que mais mata mulheres no mundo.

A cada 6 horas, uma mulher é assassinada. Na maioria dos casos, os sinais vieram antes: humilhações, controle, isolamento, agressões verbais.

O homicídio contra a mulher (feminicídio), é o ponto final de um longo ciclo de violência que pode – e deve – ser interrompido.

Por isso, a **Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae)** entrou em ação!

Aderimos à mobilização nacional **Feminicídio Zero**, do Ministério das Mulheres, e fomos além: lançamos a campanha **Fenae com Elas** e criamos, em todo o país, uma rede de empoderamento, conscientização e enfrentamento à violência contra a mulher.





FENAE

FEDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES
DO PESSOAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL



/fenaefederacao



@fenaefederacao



www.fenae.org.br



(61) 98142 8428



/company/fenae-federacao

Como nos primórdios do samba, tenta-se sufocar a cultura periférica. Pág. 22



6 A SEMANA
8 FRED MELLO PAIVA

Seu País

- 16 CLIMA Os oceanos têm sido ignorados no debate ambiental
- 19 PAULO ARTAXO
- 20 ENTREVISTA O PT precisa pensar no futuro após 2026, diz Edinho Silva
- 22 FUNK Multiplicam-se as iniciativas para proibir os bailes nas férias
- 25 ALDO FORNAZIERI
- 26 HISTÓRIA A descoberta de um cemitério em Salvador reaviva o debate sobre a memória dos escravizados
- 29 CRISTINA SERRA
- 30 GÊNERO Projeto propõe a reserva de 20% das vagas no Legislativo às mulheres

Economia

- 32 AJUSTE Haddad enfrenta tormenta no Congresso para compensar perda de arrecadação com o IOF
- 35 ADALBERTO VIVIANI
- 36 ANÁLISE A resistência ao aumento do imposto é uma forma de manter intocado o topo da pirâmide social
- 38 IDEIAS Os economistas do *mainstream* repetem à exaustão dogmas religiosos

Nosso Mundo

- 40 EUA Trump usa as Forças Armadas contra a população e promete acelerar as deportações
- 44 EUROPA A perseguição aos imigrantes avança
- 46 GAZA Após o veleiro de Greta Thunberg ser interceptado, ativistas lançam comboio por terra



Plural

48 A REGULAÇÃO POSSÍVEL

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINC APOSTA NA VOTAÇÃO DE UM PROJETO DE LEI SOBRE O STREAMING NESTE SEMESTRE

52 MÚSICA Alice Cooper está de volta
54 LIVRO Estilhaços e aforismos de Paulo Nogueira Batista Jr. 55 FILME Assombrações à beira-mar 56 AFONSIÑO 57 SAÚDE Por Lígia Bahia 58 CHARGE Por Venes Caitano

10 LAPSOS DE MEMÓRIA

AQ STF, OS GOLPISTAS DIZEM NÃO SE LEMBRAR DO QUE FIZERAM NO VERÃO PASSADO

Capa: Pilar Velloso. Fotos: Lula Marques/Agência Brasil, Marcello Casal Jr./Agência Brasil, Valter Campanato/Agência Brasil, Joédson Alves/Agência Brasil, Lula Marques/Agência Brasil, Fábio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil e iStockphoto

DIRETOR DE REDAÇÃO: Miro Carta

REDATOR-CHEFE: Sérgio Lino

EDITOR-EXECUTIVO: Rodrigo Martins

CONSULTOR EDITORIAL: Luiz Gonzaga Beluzzo

EDITORES: Ana Paula Sousa e Carlos Drummond

REPORTER ESPECIAL: André Barrocal

REPORTERES: Fabiana Mendonça (Recife), Mariana Serafini

e Mourício Thusswohl (Rio de Janeiro)

DIRETORA DE ARTE: Pilar Velloso

CHEFES DE ARTE: Mariana Ocho (Projeto Original) e Regina Assis

DESIGN DIGITAL: Marilene Ferreira Pinto Novich

FOTOGRAFIA: Renato Luiz Ferreira (Produtor Editorial)

REVISOR: Iverson Ayub

COLABORADORES: Adalberto Viviani, Afonso, Aldo Fornazieri, Alysson Oliveira,

Amanda Querido, Arthur Chioin, Arturo Hartmann, Augusto Diniz,

Carlos Henrique Carneiro da Cunha de Melo Beluzzo, Claudio Bernabucci (Roma),

Cláudio Couto, Dracuzza Varella, Cristina Serra, Elvira Negri, Fábio Mascarenhas Querido,

Fred Melo Paiva, João Paulo Charleux, Kelvin Falcão Klein, Leneide Duarte-Filon,

Ligia Bahia, Luiz Roberto Mendes Gonçalves (Tradução), Marcelo Miranda,

Maria Fernanda Romero, Marjorie Maron, Murilo Mattias, Orla Costa Jr.,

Paulo Speer, Paulo Cesar Soares, Paulo Nogueira Batista Jr., Pedro Serrano,

Renato Mirelles, René Rusch, Rod Yunes e Sylvia Colombo

ILUSTRADORES: Eduard de Baptista, Severo e Venes Catano

CARTA ONLINE

EDITORIA-EXECUTIVA: Thais Reis Oliveira

EDITORES: Allan Ravagnani, Getulio Xavier e Leonardo Mazzio

EDITOR-ASSISTENTE: Gabriel Andrade

REPORTERES: Ana Luiza Rodrigues Basilio (CartaEducação),

André Costa Lucena, Vinícius Nunes Sampaio e Wendell Lima do Carmo

VIDEO: César Melo (Produtor) e Lela Magalhães (Editora)

ESTAGIÁRIA: Ana Luiza Sanfilippo

REDES SOCIAIS: Caio César

SITE: www.cartacapital.com.br

basst

CHIFFE

EDITORIA BASSET LTDA. Rua da Consolação, 881, 10º andar,
CEP 01301-000, São Paulo, SP. Telefone PABX (11) 3474-0150

PUBLISHER: Mariana Carta

DIRETOR DE OPERAÇÃO E NEGÓCIOS: Adalberto Viviani

DIRETORA FINANCEIRA E PESSOAS: Mara Lúcia da Silva

GERENTE DE PROJETOS: Mariana de Melo

GERENTE COMERCIAL: Rosana Luíz Diniz

GERENTE DE TECNOLOGIA: Anderson Sena

NOVOS PROJETOS: Demétrios Santos

ANALISTA DE ATENDIMENTO: Maria Clara M. Abad

AGENTE DE BACK OFFICE: Verônica Melo

CONSULTOR DE LOGÍSTICA: EdCase Gestão de Negócios

EQUIPE ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA: Fabiana Lopes Santos,

Fábio André da Silva Costa, Raquel Guimarães e Rita de Cássia Silva Paiva

REPRESENTANTES REGIONAIS DE PUBLICIDADE:

RIO DE JANEIRO: Erico Santiago, (21) 2556-8888/2245-8660,

eric@gestaodenegocios.com.br

BALNA PERSE: Canal O Comunicações, (71) 3025-2670 - Carlos Orlato,

(71) 9617-6800/Luiz Freire, (71) 9617-6815, canaloc@canaloc.com.br

CE/PINARIN: AG Holanda Comunicação, (85) 3224-2267,

agholanda@agholanda.com.br

MG: Marco Aurélio Maia, (31) 99983-2987, marcoauréliomaia@gmail.com

OUTROS ESTADOS: comercial@cartacapital.com.br

ASSESSORIA CONTÁBIL, FISCAL E TRABALHISTA: Actual Consultoria S.S

Rua Amália de Noronha, 402, 2º andar, sala 02 - SP/SP - CEP 05410-010

www.actual.sp, Telefone (11) 3871-0506

CARTA CAPITAL é uma publicação semanal da Editora Basset Ltda. CartaCapital não se responsabiliza pelos conceitos emitidos nos artigos assinados. As pessoas que não constarem do expediente não têm autorização para fazer em nome de CartaCapital ou para retirar qualquer tipo de material se não possuírem em seu poder carta em papel timbrado assinado por qualquer pessoa que conste do expediente. Registro nº 179.584, de 23/8/94, modificado pelo registro nº 219.516, de 30/4/2002 no 1º Cartório, de acordo com a Lei de Imprensa.

IMPRESSÃO: Plural Indústria Gráfica - São Paulo - SP

DISTRIBUIÇÃO: S. Paulo Distribuição e Logística Ltda. (SPUL)

ASSINANTES: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Instituto
Veritas de
Comunicação

ANER
Associação
Nacional de
Editores de
Revistas

CENTRAL DE ATENDIMENTO

Fale Conosco: <http://Atendimento.CartaCapital.com.br>

De segunda a sexta, das 9 às 18 horas - exceto feriados

Edições anteriores: avulsas@cartacapital.com.br

CARTAS CAPITAIS



SEGURANÇA PÚBLICA

 Esse entrelaçamento do crime com integrantes do Estado não é de hoje. A polícia da Corte usava os criminosos presos para reprimir e capturar os que estavam soltos, Filinto Müller usava a arriaia miúda dos morros como alcaques para a repressão estadonovista, Leonel Brizola fez um acordo de cavalheiros com os patrões do jogo do bicho, o Capitão Guimarães, célebre bicheiro, foi integrante da tigrada torturadora dos anos de chumbo. Ou seja, todo mundo tem culpa nesse cartório, incluindo a esquerda, que ainda acredita em certas teses ultrapassadas de perseguição política travestida de repressão ao crime. Temos de ultrapassar o discurso ideológico, de ambos os lados, e cuidar do crime como um fato a ser tratado e reprimido de acordo com a lei e a decência.

César Augusto Hulsendeger

 O problema dessas facções criminosas é que elas se entrelaçam no Estado brasileiro, em governos de viés fascista e totalitário, como o do ex-presidente Bolsonaro, que teve um comportamento permissivo, como, por exemplo, em relação a certos milicianos, e ao próprio crime organizado. Até o nosso Parlamento foi tomado por alguns representantes desses grupos. A faxina tem de ser geral, exige-se uma força-tarefa entre o Ministério Público, Polícia Federal, Poder Judiciário e Ministério da Justiça, a fim de identi-

car tais agentes, punindo-os, destruir suas bases e criar uma legislação que funcione preventivamente e repressivamente contra esse estado de coisas.

Paulo Sérgio Cordeiro Santos

MARKETING ELEITORAL

 Finge que faz. Depois que conquista, tira tudo. Deixa as famílias à mercê de sua própria sorte. Olha o que ele tem feito para desapropriar os moradores da região da Luz, onde vão explorar comercialmente toda a área.

Béco Eber

FUGA ANUNCIADA

 A "Justiça" brasileira só tem competência para prender preto, pobre... Nessas horas ela é bem eficiente, não precisa nem levar a julgamento.

Jimmy Bro

 Grande parte dos parlamentares eleitos neste país não conhece a Constituição que nos rege. Veja o caso da sempre zangada Carla Zambelli, brincando de videogame à caça do suposto bandido. Se ela não conhece a Constituição, o STF conhece, ainda bem. Propõe que, mesmo eleitos, todos deveriam submeter-se a uma prova constitucional ou fazer tal prova antes da eleição, para estarem aptos a concorrer.

José Carlos Gama

NAS TETAS DO LEVIATÃ

 Estado mínimo para os pobres e máximo para os ricos, é assim o pseudoliberalismo brasileiro.

Hélio Marques Franco

 Carros alugados para estados e contratos vantajosos. Todos eles só crescem com dinheiro público e o benefício de pagar 1% de IPVA.

Claudinho Betim

 Os empresários entram na política pregando as falácias neoliberais, enganam o povo e transferem bens públicos para os amigos picaretas.

Wagner Agustinho

CARTAS PARA ESTA SEÇÃO

E-mail: cartas@cartacapital.com.br, ou para a Rua da Consolação, 881, 10º andar, 01301-000, São Paulo, SP.
*Por motivo de espaço, as cartas são selecionadas e podem sofrer cortes. Outras comunicações para a redação devem ser remetidas pelo e-mail redacao@cartacapital.com.br

A Semana

Batom na cadeia

A Primeira Turma do STF formou maioria para rejeitar o recurso da cabeleireira Débora Rodrigues dos Santos, condenada a 14 anos de prisão por participação ativa na invasão da sede dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, ato que pretendia desencadear um golpe no Brasil. Débora foi transformada pelos bolsonaristas na “fadinha do batom”, cujo único e inocente ato teria sido picar a estátua da deusa Têmis em frente ao Supremo. História das mil e uma noites. A cabeleireira tinha sua consciência dos objetivos perseguidos pela turba à qual se associou de forma entusiasmada. O processo ainda não transitou em julgado e a defesa da condenada ainda tem o direito de apresentar recursos. A mocinha do batom está em prisão domiciliar.

Violência/ O crime de ser mulher

O número de feminicídios no País continua a crescer



No ano passado, registra o Mapa de Segurança Pública divulgado pelo Ministério da Justiça na terça-feira 10, houve um aumento dos casos de violência contra mulheres, após ligeira queda em 2023. Os feminicídios voltaram a crescer e alcançaram o maior patamar da série histórica. Foram 1.459 assassinatos registrados, média de quatro por dia. O Cen-

tro-Oeste lidera a taxa nacional, 1,87 morte por 100 mil mulheres. Os estupros atingiram a marca de 83.114, maior número em cinco anos. O mapa aponta, por outro lado, redução de 5,5% dos homicídios gerais, que somaram 38,5 mil no período. Os assassinatos dolosos recuaram 6,3% e os latrocínios, 1,6%. O ministério computa, porém, elevação das lesões corporais (22,9%).



A trupe bolsonarista tenta proteger a foragida

Congresso/ ESPÍRITO DE CORPO... E DE PORCO

POR PRESSÃO, HUGO MOTTA PROMETE LEVAR O CASO ZAMBELLI AO PLENÁRIO

O presidente da Câmara jura que sua mudança de posição em relação à perda de mandato, determinada pelo Supremo Tribunal Federal, da deputada foragida Carla Zambelli não foi motivada pela chantagem da base bolsonarista na Casa. Hugo Motta não se deu, no entanto, ao trabalho de explicar a nova posição, nem foi questionado a respeito. Na segunda-feira 9, o parlamentar havia dito o seguinte: “Quando há conclusão de julgamento no

Supremo, não cabe mais ao presidente colocar em votação porque já tem condenação. Então, a decisão judicial tem de ser cumprida”. No dia seguinte, a interpretação dos fatos era outra. “Com relação ao cumprimento da decisão acerca do mandato, darei o cumprimento regimental. Vamos notificar para que ela possa se defender e a palavra final será a palavra do plenário”, anunciou. “É isso que vamos fazer. Isso é cumprir a decisão.” Condenada a dez

anos de prisão por invadir o sistema do Tribunal Superior Eleitoral e tentar atrapalhar o processo em 2022, Zambelli fugiu do Brasil como se fosse uma típica meliante da beira do cais. Evadiu-se pela triplice fronteira em Foz do Iguaçu, embarcou para Miami e agora está amoldada em algum lugar da Itália. O STF pediu a inclusão da parlamentar na lista de foragidos da Interpol e pretende solicitar a extradição. Zambelli fez jus à covardia bolsonarista.

Argentina/ Cristina Kirchner presa e inelegível

A Suprema Corte
confirma a condenação
da ex-presidenta



Militantes peronistas estão acampados na porta da residência da ex-presidenta Cristina Kirchner em protesto contra a decisão da Suprema Corte que confirmou a condenação expedida por um tribunal de primeira instância. Acusada de administração fraudulenta em um processo nebuloso, CFK foi condenada a seis anos de prisão e impedida indefinidamente de disputar eleições. Por ter 72 anos, Kirchner, duas vezes mandatária do país, poderá cumprir a pena

em casa. Os maiores sindicatos ameaçam convocar uma greve geral contra o que consideram mais um caso de *lawfare*, perseguição judicial de certas lideranças políticas, na América do Sul. “Em pleno processo eleitoral, vão proibir a participação da candidata mais importante da oposição”, denunciou a senadora Juliana Di Tullio. “Esta Argentina em que vivemos nunca deixa de nos surpreender”, protestou a ex-presidenta. “Não se enganem. Os juízes são três fantoches que respondem a líderes naturais muito acima deles.”

Colômbia/ A POLÍTICA DO TERROR

UMA SEQUÊNCIA DE ATENTADOS COLOCA O PAÍS EM ALERTA

A tensão na Colômbia, ainda abalada pela tentativa de assassinato do senador e pré-candidato à Presidência Miguel Uribe, aumentou na terça-feira 10, quando 16 atentados, atribuídos a dissidentes das Farc, se espalharam por Cali. Os alvos eram delegações e prédios públicos. Um policial foi morto em consequência dos ataques,

que incluíram drones e carros-bomba. O secretário de Segurança da cidade, Jairo García, ofereceu uma recompensa equivalente a 400 mil reais para quem tiver informações sobre os responsáveis. Enquanto isso, o adolescente de 15 anos acusado de disparar contra Uribe declarou-se inocente perante o tribunal. Reacionário, o

senador é neto de Julio César Turbay Ayala, presidente da Colômbia entre 1978 e 1982. Segundo o boletim médico, o parlamentar apresenta sinais de melhora, embora a situação continue crítica. O presidente Gustavo Petro anunciou uma recompensa equivalente a 4 milhões pela prisão de quem planejou o crime.

Guerra sem fim

Os mútuos ataques recentes enterraram as esperanças de um acordo de cessar-fogo entre a Rússia e a Ucrânia, ao menos no curto prazo. O clima esquentou. Na segunda-feira 9, Vladimir Medinski, que lidera a delegação russa nas negociações com Kiev, afirmou que o Kremlin não descarta uma guerra nuclear se os ucranianos e seus aliados da Otan insistirem em reaver territórios ocupados pelas tropas russas. Putin controla mais de 5,5 mil ogivas. Na quarta-feira 11, os dois países realizaram uma troca de cadáveres. Moscou enviou os corpos de 1.212 soldados de volta à Ucrânia e recebeu em troca os restos de 27 compatriotas.



Ataques atribuídos às Farc agitam a cidade de Cali

FRED MELO PAIVA

Urge retirá-los nas próximas eleições



► Quando os gênios do bolsonarismo abrem a boca...

OLÁ! ESTÃO AS NOTÍCIAS DO HOSPÍCIO! A garantia de que a lei e a ordem dependem de que as autoridades tomem seus remédios. A prova de que o Brasil fez o L e, agora, no lugar dos fatos, o que temos são os flatos. E contra flatos não há argumentos!

O primeiro a peidar na farofa foi o Romeu Zema, um reincidente com várias passagens pelo sistema prisional de ventre. Lá atrás, questionado por uma aprendizadora de tevê se o governador podia ouvi-la, obrou esta: “Sim, ovo”. Depois, numa emissora de rádio, reagiu ao presente ofertado pela casa, um livro da poeta Adélia Prado: “Ela trabalha aqui?”

Desta vez, Zema disse desconhecer se houve uma ditadura no Brasil. Ao vestir-se de bolsonarista raiz com vistas às

eleições de 26, acabou numa camisa de força. Até os fósseis que compõem o grupo de editorialistas do *Estadão* lembraram que “História e cultura nunca foram seu forte”. Zema já filmou a si próprio comendo banana com casca. NH espera vê-lo em breve agarrado ao para-brisa de algum caminhão.

E ATENÇÃO PARA A RONDA DO LEGISLATIVO! Poderia ser o Zema, mas o flato aconteceu com Clayton Sassá, do União Brasil. O vereador de Capão Bonito (SP) revoltou-se com o processo de tombamento de uma igreja: “SOU TOTALMENTE CONTRÁRIO AO DERRUBAMENTO”, relinçou. “Como se vai destruir algo com 150 anos de história?”

Na Assembleia de Goiás, o deputado Paulo César Martins, do PL, tirou o paletó, afrouxou a gravata e principiou o *strip* que terminaria por revelar sua “farda” dos Legendários. Bastou aguardar 72 horas (sempre elas!), o tempo do retorno a que se submeteu, para transformar-se em “novo homem”, inclusive “nessa questão do caráter”. Ao final, estendeu

aos colegas o convite do Legendário Zero Um, a saber, Jesus Cristo.

Já em Balneário Camboriú, Jair Renan, o zero à esquerda, fez grave denúncia: “E agora a prefeita de Balneário Camboriú quer soltar pauta de política de gênero para os CIDADÕES da cidade”. Eita! Como esse pessoal conseguiu subir tantos DEGRAIS? Urge retirá-los de cena nas próximas ELEIÇÕES!

O problema é o FUNDO PARTIDÁRIO DE PAPAI, aquela mesada gorda capaz de comprar uma fábrica de Danoninho. Veja o caso de Bananinha, exilado em Miami e custeado pelo programa de bolsas da Louis Vuitton. Para uma ajuda de custo, um extra, papai deu 2 MILHÕES! “Não quero que passe dificuldade”, disse Bozo. Deve dar para o gasto, pelo menos até que Banana encontre novo trabalho como chapeiro.

E O ADVOGADO DO GENERAL HELENO, O PEQUENO? Parece um Santa Cecília, o habitante do bairro descolado do Centro de São Paulo. Achou muito cedo o interrogatório marcado para as 9 da manhã. Obteve sua única vitória quando Xandão marcou para as 9h02.

No mais, produziu a mais insólita das confissões ao questionar seu cliente: “Quando o senhor falou em VIRAR A MESA, estava usando a expressão em sentido literal ou figurado?” A que respondeu o general: “Sentido figurado, lógico”. Uai, alguém achou que Heleno estivesse a sugerir o tombamento do *buffet* em algum quilo de Brasília? “Pronto”, disse, satisfeito, o advogado de ataque.

THAT’S ALL, FOLKS!, embora não seja só isso. Voltamos a qualquer momento com novas informações. ■

Jornalista, indicado ao Emmy Internacional com a série O Infiltrado. Autor dos livros O Atlético Vai ao Paraíso e Bandido Raça Pura.

A MELHOR MANEIRA DE ENTENDER A **CHINA** SEM TER DE APRENDER MANDARIM

Curso

Além do Dragão:

Geopolítica para Desvendar o Século Asiático

“Além do Dragão. Geopolítica para Desvendar o Século Asiático” é o novo curso de *CartaCapital*. Ele desvenda a China e seus aspectos mais relevantes em relação à economia global, os confrontos políticos e as oportunidades que se abrem com o novo desenho das relações internacionais.

O curso é ministrado por especialistas em China.

Sempre com aulas dinâmicas e temas atuais.

E o melhor: **você não precisa saber mandarim**



Bruno Haeming
Economista e doutor em RI. Especialista em China e finanças internacionais. Atua na FIESC e coordena curso na PUC Minas.



Samuel Spellmann
Estuda China, desenvolvimento e AIIB. Atua na PUC Minas com foco em Geopolítica e Nova Rota da Seda.



Javier Vadell
Doutor em Ciências Sociais. Professor da PUC Minas e pesquisador do CNPq. Estuda Geopolítica e Ascensão da China



Renato Peneluppi Jr.
Doutorando. Cofundador do Fios de China. Pesquisa Políticas Públicas e Tecnologia na governança Chinesa.



Fabiano Mielniczuk
Doutor em Relações Internacionais. Professor de Ciência Política e do PPG em Estudos Estratégicos Internacionais da UFRGS, onde também atua como pesquisador do NEBRICS.



Isis Paris Maia
Doutoranda Cofundadora do Fios de China. Pesquisa Políticas Públicas e Tecnologia na Governança Chinesa.



Mariana Burger
Doutora em RI. Mestre pela Tsinghua e especialista pela NYU. Pesquisa Geopolítica da Ásia e coordena um curso sobre China na PUC Minas.

**INSCREVA-SE
AGORA**

E TENHA ACESSO
AO CONTEÚDO
JÁ GRAVADO
E ÀS PRÓXIMAS
AULAS!



Carta

Curso Além do Dragão. Aulas até 1º de julho.

Informe-se e inscreva-se aqui:

Cursos.CartaCapital.com.br/Alem-do-Dragao

Lapsos de memória

DURANTE OS DEPOIMENTOS AO STF,
OS GOLPISTAS DISSERAM NÃO SE LEMBRAR
DO QUE FIZERAM NO VERÃO PASSADO

por RODRIGO MARTINS

Quem acredita na existência de uma ditadura judicial no Brasil provavelmente decepcionou-se com o depoimento de Jair Bolsonaro à Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. O ministro Alexandre de Moraes conduziu o interrogatório com serenidade, evitou confrontar o réu diretamente e permitiu que o ex-presidente se expressasse livremente, inclusive quando se desviava do tema para enaltecer sua própria gestão, como se ainda estivesse em campanha. Bolsonaro, por sua vez, pediu desculpas a Moraes, a quem costumava chamar de “ditador”, e admitiu não haver qualquer prova de que o magistrado tivesse recebido 50 milhões de dólares para fraudar as eleições, acusação lançada por ele em um encontro ministerial de 5 de julho de 2022, no qual fez a mesma ilação contra os juízes Edson Fachin e Luís Roberto Barroso. “Não tem indício

nenhum, senhor ministro. Era uma reunião para não ser gravada. Foi um desabafo, uma retórica que eu usei. Se fossem outros três ocupando *(as cadeiras do Tribunal Superior Eleitoral)*, teria falado a mesma coisa. Então, me desculpe, não tinha intenção de acusar de qualquer desvio de conduta dos senhores.”

“*Bolsonaro always chickens out*”, dizem os analistas do *Financial Times* ao constatar a impressionante semelhança de conduta do brasileiro com o presidente dos Estados Unidos, habituado a bravar em sua guerra comercial, mas que invariavelmente amarela. Em um momento

de descontração durante o interrogatório de duas horas, o *cover* brasileiro chegou a perguntar a Moraes se poderia fazer uma piada. “Eu perguntaria ao meu advogado”, respondeu o magistrado. Bolsonaro ignorou o conselho: “Eu gostaria de convidá-lo a ser meu vice em 2026”. O convite foi “declinado” aos risos – que vantagem Maria leva ao ser vice de um candidato inelegível? O gesto parece ter sido calculado para aliviar a tensão e conquistar alguma simpatia, senão condescendência, dos magistrados que vão julgá-lo por chefiar uma organização criminosa, atentar contra o Estado Democrático de Direito, tentar um golpe de Estado, depredar patrimônio da União e deteriorar bem tombado – crimes cujas penas, somadas, podem chegar a 39 anos de prisão.

O clima amistoso da audiência não apenas deixou a claqué bolsonarista atônita nas redes sociais diante da amarelada do “Mito”, como também expôs Eduardo Bolsonaro na Trumplândia. O filho Zero Três, convém lembrar, “exilou-se” nos EUA para denunciar a suposta “dita-

**BOLSONARO
AFIRMOU TER
COGITADO UMA
GLO E O ESTADO DE
SÍTIO “DENTRO DA
CONSTITUIÇÃO”**



dura brasileira". Se os ruidosos atos públicos e os passeios de *jet ski* do pai pela orla soavam pouco compatíveis com a fantasia de perseguido político, o que dizer agora, depois de vê-lo trocando afaços com o "ditador de toga"?

Durante o depoimento, Bolsonaro fez uma confissão parcial: admitiu ter se reunido com os comandantes das Forças Armadas para discutir "possibilidades" após a derrota nas eleições de 2022. "Nós buscamos alguma alternativa na Constituição e achamos que não procedia, e foi encerrado", despistou. Dentre as "alternativas" cogitadas estavam a realização de uma operação de Garantia da Lei e da Ordem ou até mesmo a decretação de estado de sítio, medida extrema prevista na Constituição que autoriza o presidente a suspender garantias fundamentais, co-

O ex-presidente pediu desculpas a Alexandre de Moraes e arriscou um gracejo no interrogatório: "Quer ser meu vice em 2026?" Nas redes, os "malucos" dos quartéis não escondem o ressentimento



mo o sigilo de comunicações e a liberdade de reunião, mas que depende de aval do Congresso e de consulta aos Conselhos da República e de Defesa Nacional.

Segundo Bolsonaro, as reuniões com os comandantes militares só foram convocadas após o TSE multar o PL, seu partido, em 22,9 milhões de reais por litigância de má-fé, na enésima tentativa de desacreditar as urnas eletrônicas. “Essa multa nos abalou e, no nosso entendimento, se viéssemos a recorrer ou fazer uma petição, ela poderia ser agravada”, balbuciou. Foi um dos raros momentos em que Moraes contraditou o réu: Bolsonaro chegou a pedir a devolução do dinheiro, alegando que o valor fazia “muita falta ao partido”, mas o ministro lembrou que o PL apresentou um recurso à época, julgando improcedente. Ou seja, não procedia a esfarrapada justificativa usada para cogitar medidas de exceção. O magistrado ainda ofereceu a chance de o réu apresentar uma explicação mais plausível. “O senhor está dizendo que a cogitação, a conversa, o início desta questão de estado de sítio, estado de defesa, teria sido em virtude da impossibilidade de recurso eleitoral? É isso?”, perguntou Moraes. O ex-presidente confirmou: “Sim, senhor”.

Em outras passagens, o capitão sacou da algibeira outra desculpa esfarrapada para decretar a GLO: a desmobilização dos caminhoneiros que bloquearam rodovias em 26 estados e no Distrito Federal por inconformismo com o resultado das urnas. Tratava-se de uma tarefa que, segundo ele, a Polícia Rodoviária Federal não teria condições de resolver sozinha, ainda mais depois do esforço

O GENERAL HELENO E SEU ADVOGADO TORNARAM-SE FORTES CONCORRENTES DA DUPLA DEBI & LÓIDE

para impedir o deslocamento de eleitores de Lula no Nordeste, como anotou a Procuradoria-Geral da República na denúncia. O próprio Bolsonaro vangloriou-se, porém, de que bastou gravar um vídeo para os apoiadores nas boleias removerem os obstáculos das pistas, outra tentativa canhestra de negar as intenções

golpistas do núcleo sob seu comando.

Curiosamente, os caminhoneiros servem, ao mesmo tempo, como pretexto para convocar os comandantes militares ao Palácio do Alvorada e como “prova” de que não havia intenção golpista. “Se eu almejasse o caos no Brasil, era só ficar quieto.” Bolsonaro não regurgitou, porém, qualquer palavra para reconhecer a derrota nas urnas ou para desmobilizar os “malucos”, como ele próprio definiu, acampados na porta de quartéis clamando por intervenção militar. Mesmo sem ser questionado, o “chefe da quadrilha”, de acordo com a PGR, fez questão de explicar por que se recusou a entregar a faixa presidencial a Lula em 1º de janeiro de 2023. “Eu não iria me submeter à maior vaia da história do Brasil.” Singelo.

Como previsto, Bolsonaro negou ter recebido ou alterado a “minuta do golpe”

preparada pelo assessor Felipe Martins, segundo versão apresentada pelo delator. O tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência, afirmou em juízo, um dia antes do depoimento do antigo chefe, que o documento previa a anulação do resultado eleitoral e a prisão de várias autoridades do Congresso e do Supremo Tribunal Federal, lista revisada e reduzida pelo então presidente. “Somente o senhor ficaria preso”, disse Cid a Moraes. “O resto conseguiria um *habeas corpus*”, respondeu ironicamente o ministro.

“Não conversei sobre essa minuta, não. Fui bater um papo apenas”, desconversou Bolsonaro, que também negou ter recebido do general Marco Antônio Freire Gomes, então comandante do Exército, uma ameaça de prisão caso tentasse uma ruptura institucional, como afirmou em juízo o ex-chefe da Aeronáutica, Carlos



O delator Mauro Cid confirmou as acusações em juízo



de Almeida Baptista Júnior, testemunha arrolada no processo. O próprio Freire Gomes negou ter cogitado a prisão, mas confirmou ter alertado Bolsonaro de que o Exército não embarcaria em qualquer aventura que “extrapolasse sua competência constitucional”.

Quanto às recorrentes acusações de fraude eleitoral, reiteradas em atos públicos, reuniões ministeriais e no fatídico encontro com embaixadores que motivou sua condenação à inelegibilidade por oito anos, Bolsonaro admitiu “exageros” na “retórica” contra as urnas. O hábito de falar o que lhe vem à cabeça, sem se preocupar com as consequências, justificou, seria fruto de sua atuação como deputado, protegido pela imunidade parlamentar. “Talvez esse vício eu tenha trazido para o Poder Executivo.”

Se foi evasivo e teve dificuldade de mobilizar argumentos mais convincentes para justificar as reuniões conspiratórias com chefes militares, ao menos Bolsonaro não parece padecer da mesma falta de memória de seus antigos auxiliares. Braga Netto, ex-ministro da Casa Civil e vice na chapa de 2022, disse não se lembrar das mensagens em que orientou colegas de farda a intensificar os ataques nas redes sociais contra os comandantes das Forças Armadas que se recusaram a tomar parte no plano golpista. Em uma conversa interceptada pela PF, o capitão Ailton Barros perguntou ao general, em 14 de dezembro daquele ano, se

Augusto Heleno esqueceu o roteiro ensaiado com o defensor. Braga Netto disse não se lembrar das mensagens nas quais orientou ataques aos comandantes militares nas redes



poderia atirar Freire Gomes “aos leões”, e Braga Netto assentiu: “Oferece a cabeça dele. Cagão.” No dia seguinte, orientou Barros a “sentar o pau” no chefe da Aeronáutica. “Inferniza a vida dele e da família. Elogia o Garnier e fode o BJ.”

BJ é a abreviação de Baptista Júnior. Já Garnier se refere ao almirante Almir Garnier, comandante da Marinha, que, segundo relatou o colega da Aeronáutica

à PF, teria colocado suas tropas à disposição de Bolsonaro. Agora, Braga Netto sofreu um lapso de memória em relação ao diálogo com Barros. “Eu não me lembro de ter enviado essa mensagem.” O general afirma, no entanto, lembrar com clareza do encontro em sua casa com o major Rafael de Oliveira e o tenente-coronel Hélio Ferreira Lima, integrantes das Forças Especiais do Exército. E nega ter discutido com os chamados *kids* pretos o plano “Punhal Verde e Amarelo”, que previa o monitoramento e o assassinato de autoridades, entre elas o presidente Lula, o vice Geraldo Alckmin e o ministro Alexandre de Moraes. Foi um encontro rápido, para tratar de amenidades, descreveu. “O assunto foi genérico. Eles não tinham intimidade para entrar em assuntos delicados comigo.” Da mesma forma, Braga Netto nega ter entregado dinheiro em uma sacola de vinho, no Palácio da Alvorada, para Mauro Cid repassar a Oliveira. Segundo o delator, o valor havia sido fornecido por empresários do agronegócio e se destinava a financiar a execução do plano golpista.

O outro com memória seletiva é Garnier. Em juízo, o almirante negou ter colocado tropas à disposição de Bolsonaro, mas disse ter uma lembrança vaga da proposta discutida na reunião de 7 de dezembro de 2022. “O que eu me lembro é que foram apresentadas considerações que deixaram uma dificuldade na condução do País. Afinal, o candidato derrotado Jair Messias Bolsonaro ainda era o presidente, e preocupava, a ele e aos demais ministros, inclusive o da Defesa, que pudesse descambar em algo não muito agradável.”

Anderson Torres, ex-ministro da Justiça e secretário de Segurança Pública do Distrito Federal à época dos atos golpistas que devastaram Brasília, disse não se lembrar da minuta apreendida em sua casa pela Polícia Federal. Desconfia que o documento tenha ido parar ali por uma “fa-

talidade”, misturado a outros papéis que circulavam misteriosamente por seu gabinete. Empenhado em esconder a tornozeleira eletrônica com as próprias meias, o ex-ministro parecia constrangido com a indigente redação da peça, um decreto de Estado de Defesa para intervenção no âmbito do TSE, que ele próprio apelidou de “minuta do Google”. Ao tomar conhecimento da prisão, durante um passeio pela Disney, afirmou ter ficado tão “desorientado” que acabou perdendo o celular.

Augusto Heleno, ex-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, manteve a “fama de mau”. Recusou-se a responder às perguntas de Moraes, mas participou de uma espécie de esquete de humor com o próprio advogado, Matheus Milanez, celebridade nas redes sociais depois de se queixar do horário das audiências, que o impedia de comer nos horários apropriados. De todos os réus do “núcleo crucial” da trama golpista, Heleno foi o único a exercer o direito de permanecer em silêncio no interrogatório. Mas não escapou do vexame. “O senhor orientou a Abin para que a agência produzisse relatórios e documentos com informações falsas sobre a eleição de 2022?”, perguntou Milanez. “De maneira nenhuma. Não havia clima”, respondeu o réu. “A pergunta é só ‘sim’ ou ‘não’”, advertiu o advogado. “Porra, desculpa”, reagiu Heleno, arrancando gargalhadas até mesmo de Moraes. “Não fui eu, general Heleno. Que fique nos anais aqui do Supremo: foi o seu advogado”.

A turma deveria mirar-se no exemplo de Alexandre Ramagem, ex-chefe da Agência Brasileira de Inteligência. Para não cair nas armadilhas do esquecimento, ele guardou no computador funcional até os recados que jamais teria chegado a enviar a Bolsonaro. “Por tudo que tenho pesquisado, mantenho total certeza de que houve fraude nas eleições de 2018, com vitória do Sr. no primeiro turno. Todavia, ocorrida na alteração de votos. O



“Fux desmontou o castelo de cartas com duas perguntas”, celebrou o filho Zero Três do ex-presidente, autoexilado na Trumplândia



argumento na anulação de votos não teria esse alcance todo”, registrou em um arquivo do Word. “O senhor escrevia cartas ao presidente e não enviava?”, insistiu Moraes. “Eu escrevia textos privados que me concatenavam a ideia para, se possível, em algum momento, se ter algum debate”, respondeu Ramagem. O detalhismo do delegado não passou despercebi-

do. Apesar de guardar para si as missivas, Ramagem não se esquecia de escrever “bom dia, presidente” ou “boa sorte, presidente”. Em juízo, o deputado federal negou ter usado a estrutura da Abin para comprovar as infundadas alegações de fraude no sistema eleitoral.

Na tentativa de expor contradições no depoimento do delator, a defesa de Bolsonaro quase arrastou alguns aliados para a fogueira. O advogado Celso Villardi pediu autorização a Moraes para reproduzir um áudio extraído do celular de Mauro Cid, incluído nos autos do processo. Na conversa com um general, Cid relata que o presidente parecia inclinado a desistir da tentativa de golpe, mas era incentivado por aliados a continuar contestando o processo eleitoral conduzido pelo TSE. O militar menciona então um grupo de empresários – Luciano Hang (Lojas Havan), Meyer Nigri (Tecnisa), Afrânio Barreira (Coco Bambu) e “o cara da Centauro”, em provável referência a Sebastião Bonfim – que teria pressionado Bolsonaro a exigir do Ministério da Defesa um relatório “mais duro, contundente, para virar o jogo”. Moraes, irônico, perguntou se o defensor estava pro-

pondo um “aditamento da denúncia”, para inclusão de novos investigados. Villardi desconversou. Os empresários negam qualquer iniciativa antidemocrática.

Curiosamente, as perguntas que deixaram o delator mais desconcertado não partiram da defesa, mas do ministro Luiz Fux, único integrante do STF a acompanhar presencialmente os depoimentos conduzidos por Moraes, relator dos processos sobre a tentativa de golpe. Fux quis saber quem, no governo, teve contato direto com os acampados diante dos quartéis. “O miolo da Presidência nunca manteve contato com nenhuma liderança, nenhum financiador. A gente sabia o que estava acontecendo pelas redes sociais”, respondeu o tenente-coronel. Em outra ocasião, o ministro perguntou se as minutas golpistas chegaram a ser assinadas. “Não, senhor. Em nenhum momento foi assinado. Inclusive, era a grande preocupação do comandante do Exército que o presidente assinasse alguma coisa sem consultar e sem falar com ele antes.”

As intervenções do juiz foram celebradas por Eduardo Bolsonaro. “Fux desmontou o castelo de areia com duas perguntas”, comemorou Zero Três, em vídeo divulgado nas redes sociais. No dia seguinte, o próprio ex-presidente refor-

**ALEXANDRE
RAMAGEM GOSTAVA
DE ESCREVER
CARTAS PARA
BOLSONARO,
MAS PREFERIA
GUARDÁ-LAS
PARA SI**

çou esse ponto em seu depoimento: “Até vi o ministro Fux questionando o coronel Cid aqui se foi assinado ou não”, disse Bolsonaro. “Sequer pensamos em fazer algo ao arrepio da nossa Constituição.”

Fux, que criticou publicamente o “excesso de depoimentos” prestados por Cid à Polícia Federal, nove, no total, mais diligente que os advogados de defesa, voltou a perguntar a outros acusados sobre detalhes formais, como a convocação dos Conselhos da República e de Defesa Nacional, uma das etapas para a decretação de um estado de sítio, ou a existência de assinaturas em documentos mencionados durante os interrogatórios. A pergunta mais espantosa veio na oitiva de Braga Netto. “General, alguém assinou esse plano Punhal Verde e Amarelo?” O réu repetiu que desconhecia sua existên-

cia, mas, a julgar pela fixação do ministro com rubricas, talvez seja o caso de a PF fazer uma varredura nos cartórios. Dada a obsessão dos golpistas em documentar cada passo da intenciona, não surpreenderia se alguém tivesse tido o cuidado de reconhecer firma na trama para assassinar autoridades.

Espera-se que o apego a formalidades não prejudique o juízo dos ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal. Como o jurista Pedro Serrano tem repetido nas páginas de *CartaCapital*, o crime de golpe de Estado não exige tanques nas ruas nem a consumação do rompimento institucional. “Não estamos diante de meros atos preparatórios, mas de uma execução real, apenas interrompida por questões logísticas. A execução foi iniciada, mas interrompida por razões alheias à vontade dos envolvidos. No caso de golpe de Estado, o crime inicia-se pelo planejamento.”

Como os réus produziram fartas provas contra si mesmos, os lapsos, negativas e rodeios só tiveram o efeito de demonstrar as limitações intelectuais, morais e cognitivas do núcleo crucial do golpe. Os aliados de Bolsonaro esperam uma condenação até outubro. Os donos do dinheiro que sonham – e trabalham – por uma reorganização da extrema-direita, sem o ex-presidente para atrapalhar, não só esperam. Também torcem. •



A defesa de Bolsonaro arrastou Luciano Hang (Havan), Meyer Nigri (Tecnisa), Afrânio Barreira (Coco Bambu) e Sebastião Bonfim (Centaurus) para o fogo



Água no nariz

SUSTENTABILIDADE Essenciais ao equilíbrio climático, os oceanos têm sido reiteradamente ignorados no debate ambiental

POR MAURÍCIO THUSWOHL

A expressão “pulmão do mundo”, em geral, é erroneamente utilizada para designar as florestas tropicais e equatoriais. Embora estas sejam de fato produtoras de quase metade do oxigênio lançado na atmosfera da Terra, estudos científicos apontam que são os mares e os oceanos, graças ao trabalho feito pelos fitoplânctons, os principais responsáveis pelo acúmulo histórico do gás indispensável à vida no planeta. Igualmente importantes por absorver boa parte dos raios solares



Promessa. Na conferência, o presidente Lula anunciou uma série de iniciativas de preservação da costa brasileira

e equilibrar o clima global graças à retenção de carbono e à dinâmica das correntes marinhas, os oceanos andam, no entanto, relegados a um segundo plano tanto na preocupação dos ambientalistas quanto na definição de políticas públicas.

Na tentativa de suprir a lacuna, a terceira Conferência da ONU sobre Oceanos, em Nice, na França, reuniu dezenas de chefes de Estado, entre eles o presidente Lula. Em uma discussão umbilicalmente ligada à questão geral do clima a ser discutida na COP30, em novembro, em Belém, os governos reconhecem a necessidade de adoção urgente de políticas globais de proteção à “área azul” do planeta, que corresponde a 71% da superfície terrestre. A pauta na Riviera Francesa incluiu temas como a redução da poluição e da acidificação das águas provocadas por plásticos e combustíveis fósseis, o fim da pesca predatória e da perda de biodiversidade marinha e a consolidação de meios de vida e produção economicamente sustentáveis para as comunidades cos-

teiras. Os pontos devem constar da Declaração de Nice, documento consensual a ser anunciado ao fim do evento.

O modelo de avanço consensual praticado nas conferências da ONU limita a adoção de políticas mais efetivas, mas o clima entre os representantes governamentais presentes à chamada Cúpula dos Oceanos é de otimismo. Anfitrião do encontro, que tem participação meramente protocolar dos Estados Unidos sob Donald Trump, o presidente da França, Emmanuel Macron, fez um apelo pela “revitalização do multilateralismo”, por uma “moratória da mineração em águas profundas” e por avanços na adoção do Tratado do Alto-Mar. O acordo trata da proteção das “águas internacionais”, que ficam além das 200 milhas náuticas que geralmente compreendem as “águas territoriais” de cada país, e representam mais de dois terços dos mares e oceanos. Para entrar em vigor, o tratado, criado há dois anos, precisa ser ratificado por ao menos 60 países, mas a recusa dos EUA em assinar é um grande entrave a projetos e financiamentos.

Em Nice, Lula anunciou sete compromissos voluntários, com destaque para a expansão de 26,7% para 30% das Áreas Marinhas Protegidas, o que faz o País cumprir as Metas Globais de Biodiversidade firmadas pela ONU em 2022. Os demais compromissos tratam de temas como descarbonização da frota naval, pesca sustentável, ciência e tecnologia, educação

e despoluição. “Implementaremos programas para a preservação de manguezais e recifes de corais e estamos formulando uma estratégia nacional contra a poluição de plásticos”, discursou o presidente. Um “esforço inédito de planejamento espacial marinho”, acrescentou Lula, permitirá ao Brasil um aproveitamento equilibrado do oceano “que leve em conta os impactos ambientais e os serviços ecossistêmicos prestados”. O presidente afirmou ainda que o Brasil assinará o Tratado do Alto-Mar para “assegurar a gestão transparente e compartilhada da biodiversidade”.

Diretora do Departamento de Oceano e Gestão Costeira do Ministério do Meio Ambiente, Ana Paula Prates avalia que o País apresentou na cúpula avanços relevantes que reforçam sua intenção de exercer papel de liderança global na agenda climática. “O Brasil é uma potência oceânica, com mais de 40% de seu território no mar, e vem consolidando esse papel ao dar continuidade a impulsos recentes como a bem-sucedida presidência brasileira do G20, que conferiu centralidade ao oceano na agenda ambiental global e reforçou a importância de soluções climáticas baseadas no oceano. Esse caminho segue agora rumo a Belém.”

Presente no evento na França, Prates afirma que, para tornar efetivo o aumento da área protegida, será necessária a criação de novas unidades de conservação, destacando que “a eficácia de sua gestão seja uma prioridade, conduzida com ampla consulta às comunidades locais, assegurando direitos e promovendo uma governança legítima e inclusiva”. A diretora elenca como avanços a aprovação da Política Nacional para a Conservação e Uso Sustentável dos Recifes de Coral (ProCoral), a concretização do programa ProManguezal e a implementação do Planejamento Espacial Marinho. A aprovação da Lei do Mar recentemente

Na conferência da ONU em Nice, o presidente Lula comprometeu-se a assinar o Tratado de Alto-Mar

Desastre. A intensa degradação da diversidade marinha acelera o processo de aquecimento global

pela Câmara, acrescenta, representa um mecanismo essencial de fortalecimento e integração dos diversos instrumentos de gestão que incidem sobre os 8 mil quilômetros da costa brasileira. “É ainda mais urgente, diante das crescentes ameaças ao sistema costeiro-marinho, como a ocupação desordenada, a poluição, a acidificação e o aumento da temperatura oceânica. É fundamental que seja também aprovada no Senado e implementada de forma integral.”

Analista de Conservação da WWF Brasil, Marina Corrêa, avalia que o governo brasileiro acertou ao incluir ações baseadas no oceano em sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) e ao apresentar novos instrumentos de política pública voltados à proteção de ecossistemas vulneráveis às mudanças climáticas, em diálogo com outras nações que desenvolvem iniciativas semelhantes. “Essas ações posicionam o País de forma proativa no cenário internacional. O desafio agora é transformar ambição em implementação participativa e de longo prazo”, diz a ambientalista, que também esteve na conferência em Nice.

Corrêa aponta a contradição entre o posicionamento internacional do governo brasileiro e o avanço no País de propostas de exploração de combustíveis fósseis que ameaçam a vida marinha. “Para que possamos cumprir a meta de limitar o aquecimento global a 1,5°C, conforme estabelecido no Acordo de Paris, não podemos investir em novas fronteiras de exploração de petróleo. Combater as mudanças do clima exige a aceleração de uma transição energética justa e o fortalecimento da conservação de ecossistemas terrestres e marinhos que funcionam como importantes estoques de carbono.”



A conferência vai aprovar financiamento de 8,7 bilhões de euros para a recuperação marinha

Nesse contexto, destaca, o debate sobre a exploração de petróleo e gás em regiões sensíveis, como a Margem Equatorial e o entorno de Fernando de Noronha, expõe uma questão central. “Nossa zona costeira e marinha é um território vivo, de usos diversos e disputas. Atividades com interesses e visões de futuro muitas vezes conflitantes ocorrem simultaneamente nesse espaço.” Por isso, conclui a integrante do WWF, é fundamental que o Planejamento Espacial Marinho “seja orientado por uma abordagem ecossistêmica e construído com ampla participação da sociedade civil, dos povos indígenas e das comunidades tradicionais”.

Para Fernanda Rodrigues, militante da Associação Terrazul e do Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente (FBOMS), ainda há “um grande descompasso” entre os compromissos internacionais e a realidade da política interna brasileira.

“A recente aprovação da Lei do Mar representa um avanço importante, pois fornece um arcabouço jurídico para a governança costeiro-marinha. Sua efetividade dependerá, no entanto, da articulação interinstitucional, da priorização de orçamentos e da participação social ampla e contínua. A criação de áreas protegidas é importante, mas é necessário haver instrumentos de gestão participativa, fiscalização e políticas de base ecossistêmica.” Não há conciliação entre a preservação dos ecossistemas marinhos e a expansão da fronteira fóssil, acredita. “Não há transição justa possível, se ela continuar sendo pensada sob a lógica extrativista e centralizadora do petróleo.”

Além da questão do Tratado do Alto-Mar, espera-se que a Declaração de Nice traga avanços possíveis em temas como a criação de um novo mecanismo de financiamento. Até o fim da Cúpula, deve ser anunciado aporte de 8,7 bilhões de euros, previsto para 2028, com o objetivo de suprir uma demanda anual estimada em 175 bilhões de dólares necessários para restaurar a saúde dos ecossistemas marinhos. O objetivo de cientistas e ambientalistas agora é conectar Nice a Belém. “Essa conexão é fundamental para consolidar uma visão integrada, duradoura e capaz de aumentar a ambição e implementação de soluções climáticas baseadas no oceano no Brasil e no mundo”, diz Corrêa. •



Mercado de carbono e florestas

► **A implementação adequada de REDD+, com mecanismos de controle, pode ser uma aliada na redução do desmatamento**

Um dos caminhos para acelerar a redução de emissões de gases de efeito estufa é a consolidação de um mercado de carbono que, quando bem estruturado, pode tornar o trabalho de redução de emissões mais eficiente e barato.

Muito se tem falado, há mais de uma década, sobre o mercado de carbono brasileiro. Mas somente no ano passado foi aprovada no Congresso Nacional a Lei 15.024/2024, que cria um mercado regulado de carbono (Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões, SBCE). Essa lei está em processo de regulamentação para entrar em vigor a partir de 2027. Deverá ser criado um sistema de regulações de emissões em um ambiente com limitação progressiva das emissões de gases de efeito estufa para alguns setores econômicos. Deverá ser criado um sistema do tipo *cap-and-trade*, onde serão estipuladas reduções contínuas de emissões setoriais ao longo do tempo. O objetivo é fazer com que as metas de redução de emissões brasileiras comprometidas na NDC brasileira se tornem realidade, com a criação de um mercado regulado de créditos de carbono.

No estabelecimento do mercado regulado de carbono no Brasil, o Sistema Brasileiro de Comércio de Emissões (SBCE) necessita de gestão e governança, com

mecanismos de Mensuração, Relato e Verificação (MRV) robustos e transparentes. É um desafio e tanto.

O Acordo de Paris prevê em seu artigo 6º a criação de um mercado global de créditos de carbono, com o intuito de viabilizar uma economia de baixo carbono. Em particular, o item 6.2 permite que países negociem créditos de carbono diretamente entre si, para cumprir suas metas de redução de emissões. O governo brasileiro deverá propor na COP30 a integração dos mercados de carbono de Brasil, União Europeia, China e Califórnia. Outros mercados de carbono seriam integrados mais tarde.

Na COP29, os países participantes aprovaram um conjunto de padrões de qualidade que deverão guiar o mercado internacional de carbono. As novas regras regulam a forma como são calculados os créditos e as emissões de carbono e regulam a “qualidade” do carbono capturado, esclarecendo como os países devem contabilizar as áreas degradadas ou queimadas no mercado. Esses mecanismos buscam facilitar o cumprimento de metas climáticas mediante a comercialização de créditos.

Uma questão polêmica é qual o papel do setor florestal nesse mercado de carbono. A Amazônia é muito procurada por desenvolvedores de projetos de carbono, nem sempre com boas intenções. A comercialização de créditos por meio de projetos de reflorestamento é difícil pela questão da permanência no médio e longo prazo desse carbono no ecossistema. Adotado em 2009 pela Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Clima (UNFCCC), o REDD+ prevê a compen-

sação por redução de emissões advindas do desmatamento e da degradação florestal em países em desenvolvimento. Nesse mercado, é preciso ter uma linha de base a partir da qual será quantificada a redução de emissões, e um monitoramento robusto, com MRV sólidos, que afere a redução alcançada e dá integridade aos créditos de carbono para o mercado. A estrutura de governança do sistema brasileiro de comércio de emissões deve ter forte participação social.

A implementação adequada de REDD+ pode ser uma aliada na redução do desmatamento. O sinal de adição na sigla é voltado a gerar benefícios com a conservação dos ecossistemas e da remoção de carbono da atmosfera a partir do processo de conservação. Ele pode criar condições para a transformação econômica, para que se estabeleça uma economia baseada na conservação das áreas florestais, o que é fundamental para o Brasil. Povos indígenas e comunidades locais devem ter participação plena e efetiva na elaboração de projetos de REDD+ em seus territórios.

A transição para uma sociedade de baixo carbono deverá ser gradativa e coordenada. É importante lembrar que compensar emissões não é a mesma coisa que reduzi-las. O papel das florestas tropicais na mitigação de emissões é essencial para países como o Brasil. É possível encontrar mecanismos de proteção das florestas tropicais por meio dos mercados de carbono. É também necessário implementar estruturas de distribuição dos benefícios para os povos que trabalham na preservação de florestas e valorizar o papel das comunidades e indivíduos por trás da mitigação das mudanças climáticas. •

redacao@cartacapital.com.br

Além de 2026

ENTREVISTA Reeleger o presidente Lula tem de ser o centro da ação do PT, diz Edinho Silva, mas é preciso também preparar o futuro

A SERGIO LIRIO

Candidato da principal corrente e apoiado por Lula, Edinho Silva, ex-ministro e ex-prefeito de Araraquara, se eleito para comandar o PT, dedicará a maior parte da energia no primeiro ano de mandato, se não toda, a uma missão que considera central: reeleger o presidente em 2026. “É fundamental para a história brasileira”, afirma. O futuro da legenda não escapa, porém, ao seu radar. A agremiação, afirma, precisa reconectar-se com as bases e entender as mudanças econômicas e sociais em curso, se quiser se fortalecer e continuar relevante, principalmente depois de Lula, sua maior e mais simbólica liderança, deixar de disputar eleições. A batalha entre democracia e fascismo, acredita o dirigente petista, será não só difícil, mas, no mínimo, de “médio prazo”. Segundo ele, o PT precisa abraçar a defesa da democracia direta e de uma profunda reforma político-eleitoral que valorize os partidos e detenha o culto à personalidade típico da extrema-direita. A íntegra da entrevista está no canal do YouTube de *CartaCapital*.

Eleições no PT

Sou filiado ao PT desde 1985 e não me lembro de nenhuma eleição sem disputa. O partido preza muito sua democracia interna, tem uma vida orgânica muito for-

te, cotidianamente mobiliza as suas instâncias, dirigentes e militância. Não vejo como um problema, mas um mérito da legenda ter várias candidaturas.

O pós-Lula

O PT enfrentou um processo de ataques que provavelmente nenhum outro partido vivenciou. E vencemos. A prisão e, depois, a liberdade do presidente Lula caracterizaram tudo aquilo que havia sido construído como retórica para nos destruir. Conseguimos nos refazer, o presidente Lula ganhou as eleições de 2022. Portanto, o PT é vitorioso. Mas, claro, por mais que este seja um fato inegável, precisamos entender as suas dificuldades, aquilo que precisa superar do ponto de vista orgânico, organizativo e de suas posições. Vamos enfrentar um processo muito difícil no próximo período. Acho que o campo democrático, de modo geral, vai enfrentar um processo muito difícil. Vemos na Europa a ascensão do fascismo e esse discurso também cresceu no Brasil, tem capilaridade eleitoral. O PT terá de ser

A disputa com o pensamento fascista será longa, afirma

um partido forte, com as suas instâncias funcionando, para enfrentar essa disputa, que será, no mínimo, de médio prazo. Além do mais, precisamos nos fortalecer para o pós-Lula. A próxima será a última eleição do presidente. Teremos de dialogar com a sociedade sem Lula disputando eleições. O presidente tem uma frase muito emblemática. Ele diz que o substituto não será um nome, será o partido. Precisamos reestruturar o PT, voltar a fazer trabalho de base. Temos dificuldade para dialogar com a nova classe trabalhadora. O partido precisará dar conta dessas demandas para continuar a ser relevante na disputa de rumos do Brasil, que influencie a América Latina e mostre que aqui somos capazes de derrotar o fascismo. Se um país do nosso tamanho consegue enfraquecer a extrema-direita, torna-se um referencial para o continente e para a Europa.

Ordem ou mudança?

A democracia representativa vive uma crise no mundo. Isso tem alimentado um sentimento antissistema que tem sido capturado pela direita. O PT precisa entender o descrédito da política e ser efetivamente o partido da mudança. Defendo que a gente levante a bandeira da democracia direta. Temos nossa experiência com o orçamento participativo, sempre apoiamos os conselhos populares, mas nos afastamos dessas ideias. Infelizmente, temos prefeituras comandadas pelo PT que não implementam mais o orçamento participativo. O embate do século XXI será democracia contra fascismo. Mas, para a classe trabalhadora valorizar a democracia, ela tem de se identificar no seu cotidiano, senão virá um valor abstrato. Os trabalhadores e trabalhadoras só vão defender o que é real nas suas vidas. Também temos de levantar a bandeira de uma reforma político-eleitoral e o voto em lista. O que caracteriza o fascismo? O culto à personalidade, o expansionismo e a não aceitação



do outro. Se não defendermos o fortalecimento da democracia por meio do fortalecimento dos partidos, teremos cada vez mais *influencers* ocupando os espaços.

Popularidade do governo

O presidente Lula assumiu em 2023 com o País literalmente quebrado. Eram 375 bilhões de reais de rombo, boa parte utilizada na maior operação de compra de votos do ponto de vista institucional já vista no Brasil. O presidente foi obrigado, inclusive, a refazer as relações institucionais, após o desarranjo absurdo durante o governo Bolsonaro. Em 2024, o governo reestruturou as políticas públicas. Além de voltar com o Minha Casa, Minha Vida e com o PAC, e fazer um debate sério sobre o Bolsa Família, que precisa ter uma porta de entrada e uma porta de saída, o presidente lançou o Pé-de-Meia, um programa fundamental para a manutenção na escola do estudante vindo de famílias vulneráveis, pois não haverá um país de igualdade de oportunidades se não for pela educação, e o crédito ao trabalhador, que tenta melhorar o endividamento das famílias. O gover-

Partido forte. Candidato à presidência da legenda, o ex-ministro e ex-prefeito quer conectar a estrutura burocrática às novas demandas sociais e econômicas



no finaliza um plano para melhorar as residências precárias e estuda um programa para os motoentregadores, a maior categoria profissional do Brasil, hoje. Tem muita coisa para entregar e não tenho dúvida de que as medidas vão levar a uma melhoria na avaliação. Mas só faremos um en-

frentamento correto da polarização vigente se voltarmos a conversar com uma parte do eleitorado que não votou em nós em 2022. Por isso, precisamos discutir um novo modelo. Queremos uma sociedade que reconheça a urgência climática, um sistema de produção de riqueza sem degradar o meio ambiente. Uma sociedade com política de segurança pública amparada no uso de tecnologia e não no conceito da política que mata. O PT precisa ser um partido que não só dialogue com as novas temáticas do século XXI, mas que também toque o coração do eleitorado.

Eleições 2026

A reeleição do presidente Lula tem de estar no centro da ação do PT no próximo ano. Precisamos dar continuidade ao processo de reconstrução do Brasil, não podemos voltar ao que vivemos durante o governo Bolsonaro, derrotar as expressões do fascismo no País, atualmente alojadas em diferentes partidos. Temos de criar um amplo campo democrático, para que a gente consiga reeleger o presidente Lula. É fundamental para a história brasileira. •

Os novos “vadios”

SOCIEDADE A criminalização do *funk* repete o padrão de preconceito arraigado desde os primórdios do samba

POR MARIANA SERAFINI

Deixa os moleque viver, deixa os moleque sonhar (...)/ O que faz eles tremer é o brilho do meu olhar, são versos do refrão de *Desabafa 2*, música lançada pelo *funkeiro* MC Poze do Rodo em 4 de junho, um dia após ser solto, por meio de um *habeas corpus*, depois de ter sido preso em 29 de maio. A forma como o cantor foi conduzido pela Polícia Civil do Rio de Janeiro, sem camisa e descalço, algemado com os braços para trás, foi alvo de críticas, uma vez que ele não apresentou resistência à abordagem. Para especialistas, foi um espetáculo midiático, parte de um longo processo de criminalização da cultura periférica.

A repressão policial aos bailes *funk* é prática antiga. Uma pesquisa conduzida pelo Centro de Antropologia e Arqueologia Forense da Unifesp aponta que 16 jovens foram mortos na região metropolitana de São Paulo e seis perderam a visão durante operações policiais nas festas entre 2012 e 2024. A repressão tem ganhado, porém, novos contornos. Só em 2025, foram protocoladas 63 propostas legislativas contra o *funk*, segundo a Iniciativa Direito à Memória e Justiça Racial. A maioria associa o gênero ao crime e ao uso de drogas. A vereadora paulistana Amanda Vettorazzo, do União Brasil, e líder do MBL, é auto-

ra da Lei Anti-Oruam, cujo objetivo é proibir “a contratação de shows, artistas e eventos abertos ao público infanto-juvenil que envolvam, no decorrer da apresentação, expressão de apologia do crime organizado ou do uso de drogas”.

A lei foi copiada por vereadores do PL e do União em outras cidades e está em tramitação em mais 11 capitais. Em Vitória, no Espírito Santo, foi aprovada e aguarda a sanção do prefeito. O projeto também foi apresentado na Assembleia Legislativa de São Paulo pelo deputado Guto Zacarias, e na Câmara dos Deputados por Kim Kataguirí, ambos do MBL. De acordo com Vettorazzo, a escolha do nome da lei deu-se porque o artista em questão, o *rapper* Oruam, faz “constante apologia do crime organizado em seus shows”. Ela atribui ao artista a responsabilidade de “transformar o Comando Vermelho em *trend* no TikTok”.

Oruam é o nome artístico de Mauro Davi dos Santos Nepomuceno, filho de Marcinho VP, um dos líderes da facção

criminosa nascida nos presídios do Rio de Janeiro. Com mais de 11 milhões de execuções mensais no Spotify, o artista é um dos maiores expoentes nacionais do *trap*, subgênero do *rap*. Em resposta à vereadora, o *rapper* lançou a música *Lei Anti O.R.U.A.M.*, reproduzida mais de 48 milhões de vezes na plataforma de áudio, e mais de 59 milhões de vezes no YouTube. Para o professor Douglas Belchior, da Uneafro, a criminalização do *funk* e do *trap* é “a continuidade de uma perseguição racista histórica”, que ao longo dos anos teve como alvo outras manifestações culturais, como o samba e a capoeira, e até hoje afeta as religiões de matriz africana. “Do ponto de vista objetivo, é a criminalização da cultura negra.”

O doutor em Direito, pela Universidade de São Paulo, Danilo Cymrot observa uma tendência entre políticos da extrema-direita de elaborar políticas populistas apenas para obter visibilidade. Autor do livro *O Funk na Batida: Baile, Rua e Parlamento*, Cymrot classifica de inconstitucional a Lei Anti-Oruam, por estabelecer a censura prévia. “Quem vai decidir se determinada obra faz apologia? O secretário de Cultura? O prefeito? Ou basta a denúncia de qualquer cidadão?” Raramente, lembra o pesquisador, artistas do *funk* ou do *trap* são contratados para shows públicos, “diferentemente de cantores de outros gêneros, como o sertanejo, que muitas vezes fazem apologia do uso abusivo de bebidas alcoólicas, ilícitas para menores”.

O deputado federal Pastor Henrique Vieira apresentou na Câmara o Programa de Prevenção à Censura à Arte e Cultura. Contraponto à Lei Anti-Oruam, a proposta impede que artistas periféricos, especialmente do *funk*, do *trap* e do *rap*, sejam barrados em edi-

Projetos de lei para proibir os bailes nas periferias proliferam pelo País

Está nascendo um novo líder?

Preso de forma espetacular, MC Poze do Rodo foi recebido por uma multidão de fãs ao deixar a penitenciária de Bangu

tais públicos e contratações por parte do Estado. “O projeto visa fortalecer a cultura preta e periférica para que ela seja contemplada em editais de fomento à cultura”, afirma o parlamentar. Segundo Vieira, “a cultura da favela salva a juventude, abre perspectiva de renda e de crítica social”.

MC Poze do Rodo é um caso de alguém que foi “salvo pela música”, de acordo com ele mesmo. Nascido na Favela do Rodo, na Zona Oeste do Rio de Janeiro, Marlon Brendon Coelho Couto da Silva admite ter sido um soldado do tráfico, como milhares de adolescentes favelados do País, antes de virar músico. A perspectiva de se tornar artista profissional o tirou da “vida errada”. Hoje, ele tem uma agenda lotada e faz, em média, cinco shows por semana, além de turnês internacionais. Há anos deixou para trás o “funk proibidão”, e produz canções de crítica social que retratam a realidade das favelas e o chamado “funk ostentação”. No Spotify, tem mais de 6 milhões de ouvintes por mês.

Nas redes sociais, o MC exibe uma vida dedicada aos cinco filhos e momentos ao lado da esposa, Viviane Noronha, influenciadora digital e dona de uma marca de produtos de beleza, alvo de investigação por supostamente lavar dinheiro para o crime organizado. Também gosta de ostentar os inúmeros cordões de ouro, carros de luxo e cavalos de raça. As joias, tema recorrente de suas músicas, foram apreendidas na operação do dia 29 e devolvidas na segunda-feira 9. “Agora faltam os celulares, os tablets das crianças e o meu computador, onde eu jo-



go meu CS”, reclamou o artista em vídeo nos *stories* do Instagram. Na plataforma, o músico fala com seus fãs sobre o hábito de “conversar com o Papai do Céu” e ler a Bíblia. Diferentemente de outros *funkeiros*, não faz postagens relacionadas a armas ou drogas. Seguidores do MC atribuem a mudança de postura ao nascimento da primeira filha, em 2019.

O comportamento não coincide com o conceito de “narcocultura” utilizado pelo delegado Felipe Curi, comandante da ação que levou à prisão do MC, acusado de apologia do tráfico de drogas e associação a organização criminosa. A advogada Beatriz Lourenço, diretora de Estratégia e Áreas do Instituto Peregrum, avalia a operação como um ato de “espetacularização e demonstração de poder”. A imagem do jovem negro algemado no condomínio de alto padrão onde mora, no Recreio, é “um recado para pretos e favelados”. A forma como o artista foi conduzido “não dialoga com a legislação e a jurisprudência brasileira porque o uso de algemas é excepcional”. É um episódio “muito evidente de seletividade penal e racismo policial”.

Após ser liberado, Poze do Rodo promoveu um festival no Complexo do Alemão, para agradecer o apoio dos fãs. No momento da libertação, milhares esperavam o cantor na saída do presídio Bangu 3 e muitos seguravam cartazes com a frase “MC não é bandido”. “Essa prisão foi um tiro no pé. O Poze saiu muito maior do que ele era. Respondeu à violência do Estado com arte, era isso que esperávamos dele”, afirma o sociólogo Thiago Torres, conhecido na internet como Chavoso da UPS.

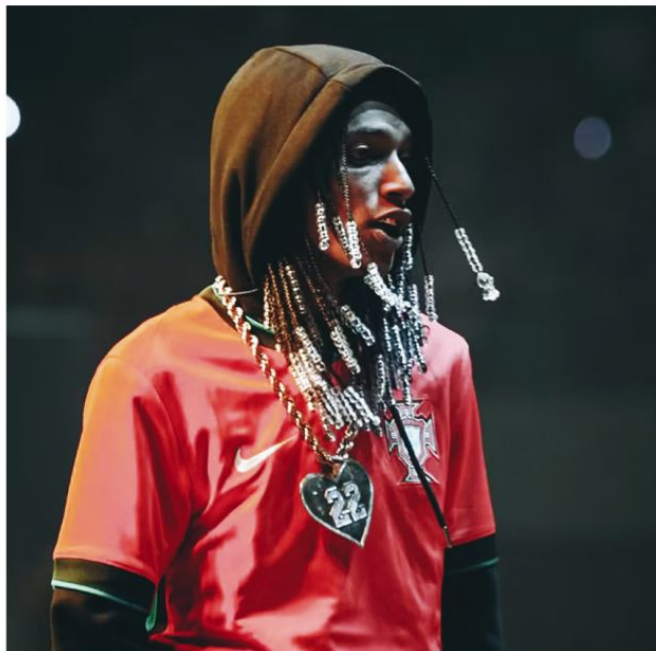
Torres, frequentador dos bailes *funk* de rua, diz que a manifestação cultural é uma das poucas atividades oferecidas aos jovens periféricos. “Se você não tiver um real no bolso, vai conseguir dar um rolê porque o baile não tem catraca, é só chegar”. Para ir aos bailes de Parai-

“Racismo”, resume a antropóloga Desirée Azevedo

sópolis, na Zona Sul da capital paulista, ele diz desembarcar na estação Morumbi do Metrô e seguir de ônibus pela Avenida Giovanni Gronchi. “No caminho, passo por diversas igrejas com música muito alta, por festas de forró que ocupam a rua, rodas de samba com som alto. Por que só o baile é reprimido pela polícia? Porque é a expressão da juventude e foi naturalizado que o jovem negro é um alvo.”

Segundo a antropóloga Desirée

Azevedo, a perseguição pode ser resumida em uma palavra: “racismo”. Autora da pesquisa da Unifesp sobre a repressão aos bailes, Desirée debruçou-se sobre reportagens de jornais publicadas ao longo de duas décadas e observa como o processo foi construído gradualmente, entre a polícia e o Parlamento, até chegar no ápice, em 2019, quando o então governador de São Paulo, João Doria, do PSDB, passou a atribuir a organização das festas ao PCC. “Isso é o maior absurdo que ouvi na vida.” “O tráfico de drogas está no baile, mas também na porta das escolas”, denuncia. No mesmo ano, em dezembro, uma operação policial durante um baile em Paraisópolis resultou na morte de nove jovens. Até hoje os responsáveis pelas mortes não responderam por seus atos. •



Simbólico. Oruam, filho de Marcinho VP, serve de apelido a várias leis em debate



O tempo curto do governo

► As pesquisas de opinião calibrarão o jogo das ambiguidades e das barganhas dos partidos de centro-direita

O governo Lula empilha crises autofabricadas. Além de alimentar o fogo da oposição, essas crises deprimem a avaliação tanto do governo quanto de Lula. Elas mantêm em evidência um paradoxo: o bom desempenho geral da economia é sufocado pela desastrosa condução política.

O problema da inflação, é certo, incide sobre o mau humor dos consumidores. Mas o governo não tem uma narrativa, nem para explicá-la nem para evidenciar que ela tende a ceder nos próximos meses. Os dados do emprego, da renda, do consumo das famílias e do crescimento evaporam, seja porque o governo mostra não ter rumo e direção, seja porque se comunica mal.

Nos últimos meses, o governo conseguiu fabricar algumas crises que empurraram as avaliações para patamares perigosos. No fim de 2024, surgiu a crise do ajuste fiscal. Optou-se por um ajuste insuficiente. O pacote fiscal foi anunciado juntamente com o projeto de isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais. Um desastre de comunicação, pois os efeitos positivos das duas medidas se autoanularam. No início do ano veio a maior das crises, a do Pix. Antes de agir, o governo permitiu que se produzisse o máximo de dano possível. Levou uma surra da oposição e só então fez a retirada duvidosa da medida. Entre outras crises e trapalhadas menores, seguiram-se as crises

do INSS e do IOF. Elas derrubaram um início de recuperação da popularidade.

Nesse ambiente de incapacidades, a pesquisa Genial Quaest do início de junho mostra uma piora do cenário político para o Planalto e para Lula. A pesquisa mostra que o governo tem uma avaliação negativa de 43% e positiva de 26%, enquanto 28% o consideram regular. O levantamento mostra ainda que 57% desaprovam o trabalho de Lula e 40% aprovam. Já 61% julgam que o Brasil está no rumo errado. Se a avaliação do governo é ruim, a de Lula não tem melhor sorte. Para 66% dos brasileiros, Lula não deveria concorrer à reeleição. Ele tem um empate técnico com Bolsonaro, que aparece com 65%. Parece haver um cansaço com os dois líderes, uma fadiga de material.

Na pesquisa Quaest de março, nos cenários de segundo turno, Lula empatava com Bolsonaro e venciam todos os outros candidatos. Agora está em empate técnico com os governadores Tarcísio de Freitas, Ratinho Júnior, Eduardo Leite e com Michelle Bolsonaro. É improvável que o campo da direita tenha apenas um candidato no primeiro turno. Mas é provável que a direita se una num segundo turno em torno de um nome. A disputa será acirrada e com enormes dificuldades para Lula vencer, se for o candidato.

Outro aspecto evidenciado pelos números é que a direita não está na dependência de um único líder. Ela conseguiu projetar um número significativo de nomes que podem representá-la. Já o centro-esquerda parece estar numa perigosa “lulodependência”. Considerando a idade de Lula e as contingências da vida e da realidade, essa restrição de alternativas não é nada confortável.

A avaliação negativa do governo e de Lula aumenta as dificuldades no Con-

gresso. A base de apoio tende a instabilizar-se ainda mais. Os partidos de centro-direita que compõem o governo incrementarão o jogo de ambiguidades, pois o Palácio do Planalto não oferece perspectivas suficientes de que chegará com força nas eleições. Esses partidos se comportarão em relação às pautas governamentais de acordo com suas conveniências, dificultando e aumentando os custos da governabilidade.

Os projetos e agendas que poderão ter impacto eleitoral sofrerão uma contestação mais acirrada da oposição e um jogo de barganhas mais duro por parte dos partidos centristas que compõem a base governista. Com tudo isso e com um governo que persiste em erros, que não faz o que deveria ser feito para sanear o problema fiscal, que parece sem comando e sem rumo, a perspectiva de promover uma virada no sentido de reposicionar-se positivamente perante a opinião pública fica cada vez mais difícil.

O tempo do governo se encurta: estamos a um ano e quatro meses das eleições. As pesquisas de opinião calibrarão o jogo das ambiguidades e das barganhas dos partidos de centro-direita. Quanto mais dificuldades de recuperação o governo apresentar, menos capacidade de atração terá. A depender da evolução desse jogo, o governo poderá ver o estoque de aliados se exaurir e rumar a alternativas de oposição.

O presidente Lula parece alheio aos problemas das dificuldades e do tempo. Talvez acredite na capacidade de virar o jogo pela intervenção de sua sagacidade política. É uma crença perigosa, pois os tempos são outros e o presidente parece não os compreender bem. Lula protela decisões e prolonga a agonia. A falta de prudência pode cobrar um alto preço. • alfornazieri@gmail.com

Passado soterrado

HISTÓRIA A descoberta do Cemitério do Campo da Pólvora, em Salvador, reaviva o debate sobre a memória dos escravos

POR FABÍOLA MENDONÇA

O sentimento de reparação histórica move os pesquisadores responsáveis pela escavação de um antigo cemitério de escravos e marginalizados, ativo entre os séculos XVIII e XIX, localizado abaixo do estacionamento da Santa Casa de Misericórdia de Salvador. Os estudiosos estimam em mais de 100 mil os restos humanos ali soterrados. Em dez dias de pesquisa de campo, foram encontrados partes de ao menos três corpos, numa profundidade de 2,8 metros, o que leva a crer que o local passou por vários processos de aterramento. “Pela nossa experiência em arqueologia e em aterros em Salvador, esperava-se encontrar o material em 1 metro e meio, no máximo. Deparar com quase 3 metros de profundidade mostra que a área foi gradativamente ocupada e usada também com o intuito de apagar o que se tinha no subsolo”, avalia Jeanne Dias, responsável pela escavação.

A localização exata do Cemitério Campo da Pólvora foi redescoberta por Silvana Olivieri, doutoranda em Arquitetura pela Universidade Federal da Bahia, após o cruzamento de três mapas históricos. A investigação começou há cerca de um ano e, de início, segundo Olivieri, a Santa Casa resistiu em colaborar com a pesquisa, motivo pelo qual foram acionados o Iphan e o Ministério Público. Se-

gundo a pesquisadora, só no fim de março último a instituição liberou a área para análise, ao assinar um termo de colaboração. “Nessa primeira fase, o estudo tem caráter diagnóstico para comprovar que os restos mortais estão lá. Agora que a gente confirmou o achado, o próximo passo é fazer uma grande pesquisa em toda a área, o que vai demandar muito tempo para ser concluída.” Documentos revelam que os cadáveres eram enterrados em covas rasas e coletivas, um tratamento muito comum dispensado aos escravos naquele período. Originalmente, o cemitério era administrado pela Câmara Municipal e servia para enterrar os africanos pagãos, não convertidos ao catolicismo.

A Santa Casa afirma guardar o arquivo com todos os registros das identidades dos mortos. Diz ainda que tem colaborado com a pesquisa. “Temos um Centro de Memória que salvaguarda o registro de todas essas pessoas, principalmente os escravizados. Não cabe fa-

Estima-se que mais de 100 mil restos mortais se espalham pelo local



lar em apagamento, porque essa documentação, que são os livros de Banguê, desde 2009 foi nomeada pela Unesco como Memória do Mundo”, rebate a historiadora Rosana Souza, coordenadora do Patrimônio Cultural da instituição. “A gente não está diminuindo o trabalho dos pesquisadores, mas a Santa Casa ainda não teve conhecimento do laudo e precisa entender sobre o achado para poder manifestar-se. Por enquanto, tudo ainda é muito confuso, sem saber o que esses vestígios significam.”

A descoberta do Cemitério Campo da Pólvora estimulou uma rede nacional para identificar sítios semelhantes ao redor do País. “Estamos falando de um processo amplo de recuperação de uma dimensão da história recente do Brasil que está completamente desconsiderada, inclusive pela historiografia, pela arqueologia, pelos campos disciplinares mais afeitos à questão”, pontua o professor Samuel Vida, coordenador do Programa de Direito e Relações Raciais da UFBA. “A des-



coberta do Campo da Pólvora tem a ver com um olhar epistêmico, de reconhecimento de que esse apagamento não é casual, nem é uma fatalidade, é uma construção. Estamos falando, possivelmente, do maior cemitério de pessoas escravizadas disponível, diferentemente de outros

locais já conhecidos, mas que passaram por um processo de edificação.”

Tal apagamento, ressalta, é intrínseco ao racismo brasileiro, que desconsidera o legado e a importância dos registros sobre as populações negra, indígena e outros grupos. “É preciso uma re-

Escavação. A resistência da Santa Casa foi superada e os arqueólogos começaram a recolher os restos mortais das covas em Salvador. A profundidade impressiona

paração patrimonial, simbólica e espiritual que envolva direitos coletivos à memória e à história desses povos que foram ali indignamente sepultados”, diz. “A reparação vai trazer esses indivíduos à construção da narrativa histórica, principalmente na cidade de Salvador, para que a gente possa discutir um pouco mais sobre o sequestro das comunidades da África. E por que não, em algum momento, até unir as famílias?” Fragmentos ósseos encontrados na escavação, conta, foram enviados para análise laboratorial. “Agora a gente quer conversar com a sociedade, a partir de audiências públicas, para que possamos avançar na pesquisa e entender um pouco mais sobre sexo, idade, sempre considerando a questão ética que o caso exige.”

Em março, foi criado o Comitê Nacional de Salvaguarda de Cemitérios de Pessoas Africanas, Indígenas e seus Descendentes Escravizadas no Brasil. O grupo reúne, até o momento, pesquisadores da Bahia, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, estados onde há confirmação de cemitérios de escravos e indígenas. Segundo Lucas Almeida, coordenador do Museu dos Aflitos e diretor da União dos Amigos da Capela dos Aflitos, em São Paulo, a ideia do colegiado é cobrar políticas públicas de memória e reparação às comunidades tradicionais. “Não importa se o cemitério tem 10 mil ou 3 mil corpos. São vítimas de violações e precisam ser preservados de tal modo a garantir que o Brasil saiba minimamente o local onde estão esses mortos e desaparecidos.”

No Rio de Janeiro, a região conhecida como Pequena África, na zona portuária da cidade, sedia os cemitérios dos Pretos Novos e o de Santa Rita. Em Minas Gerais encontra-se o de Santa Luzia, também conhecido como Cemitério dos Ho-

Um comitê nacional foi criado para recuperar a história dos cemitérios de escravos, indígenas e marginalizados

mens Pretos. Em Belém, há indícios de que a casa de espetáculos mais tradicional da cidade, o Teatro da Paz, tenha sido erguido sobre um cemitério indígena. O caso mais emblemático fica, no entanto, no bairro paulistano da Liberdade, hoje associado aos imigrantes orientais. A região foi erguida sobre um local de sepultamento de indígenas e escravos africanos que esteve ativo entre 1775 e 1858. “O Cemitério dos Aflitos precisa ser lembrado como um local de crime de lesa-humanidade, pela violência sofrida por comunidades indígenas e africanas, que nunca souberam aonde foram parar seus paren-

tes”, afirma Almeida. O único resquício que resiste ao tempo é a Capela dos Aflitos e uma pequena parte do terreno ao lado do templo, reconhecido como sítio arqueológico. “Quando a gente fala desses cemitérios, está falando do direito à honra, à imagem, à ancestralidade, reconhecido pelo STF.” Segundo Almeida, no fim do século XIX, a região, que, assim como Salvador, pertencia à Santa Casa de Misericórdia, foi loteada e vendida para construções residenciais e comerciais. “Nesse loteamento, os corpos não foram transferidos para a Consolação, o primeiro cemitério público da cidade.”

Em Salvador, o Campo da Pólvora funcionou até 1884, quando foi desativado devido a uma obra próxima ao local que passou a jogar entulho sobre o terreno. “A Santa Casa passou a sepultar esses grupos marginalizados no novo cemitério que ela inaugurou, o Campo Santo, que passou a ser apontado como se este fosse o primeiro cemitério público da cidade, apagando a existência do Campo da Pólvora”, destaca Olivieri. Há registros de que estão entre os remanescentes os restos mortais dos líderes das Revoltas dos Búzios (1798) e dos Malês (1835), movimentos abolicionistas baianos, e da Revolução Pernambucana, de 1817, levante contra a Coroa portuguesa. “A descoberta do Campo da Pólvora representa um marco na história de Salvador e do Brasil, pois revela mais uma faceta do capítulo sombrio acerca do período da escravidão e seus impactos na formação social e cultural do País. Isso é de fundamental importância para trazer à tona uma história apagada deliberadamente dos registros oficiais, reinserindo-a no lugar de direito e resgatando, com isso, a memória e a identidade de uma população marginalizada e invisibilizada”, analisa Alexandre Colpas, arqueólogo da Superintendência do Iphan na Bahia. “A descoberta vai fortalecer a identidade e o orgulho das comunidades afrodescendentes, que poderão conectar-se com seus antepassados e suas histórias.”



São Paulo. A Capela dos Aflitos, no bairro da Liberdade, é o que resta da memória

CRISTINA SERRA

Paraense, jornalista e escritora. Autora, entre outros, de *Tragédia em Mariana: a História do Maior Desastre Ambiental do Brasil* (Ed. Record)



A COP e a “orquestra” do clima

► A conferência em Belém será a mais importante desde o famoso Acordo de Paris

Quanto mais se aproxima a realização da COP30, em novembro, em Belém do Pará, apontar o dedo para os problemas da cidade parece ter virado esporte nacional. O exemplo mais recente é o de um apresentador de tevê, conhecido por seu descompromisso com a verdade, que afirmou faltar comida na cidade.

É verdade que Belém tem pobreza, miséria e um déficit crônico de esgoto e saneamento, entre muitas questões socioambientais, tanto quanto qualquer outra cidade brasileira. O Rio de Janeiro prometeu despoluir a Baía de Guanabara para a Olimpíada. Conseguiu? Experimente mergulhar nas águas do cartão-postal. E o que dizer dos rios Pinheiros e Tietê, dois canais de esgoto a céu aberto na cidade mais rica do País?

Seria ridículo fazer um campeonato de mazelas nas capitais. Todas têm dilemas a resolver porque vivemos em um país indecentemente desigual. Esse é o debate que interessa. As soluções para os problemas socioambientais do Brasil e do mundo passam pela redução das desigualdades entre nações ricas e pobres, entre classes ricas e pobres, e pela mudança de um sistema econômico global movido a combustíveis fósseis. É importante que o debate sobre a COP não se perca, embaralhado pela ignorância e visão preconceituosa sobre Belém e a Amazônia.

Desde 1995, foram realizadas 29 COPs.

Quase a metade delas, 13, ficou concentrada em um único continente, a Europa. Foi um acerto trazer a conferência para o Brasil e para a Amazônia. É preciso que o mundo veja de perto as iniquidades seculares da região, que é também o território decisivo de onde podem sair soluções para evitar a catástrofe climática.

A nossa COP será a mais importante desde o famoso Acordo de Paris, dez anos atrás, que fixou o limite de aumento da temperatura global em 1,5 grau Celsius em relação ao período pré-industrial, limite atingido em 2024, considerando o aquecimento médio global superficial. Sabemos o que precisa ser feito. Agora, é preciso agir diante dos desastres climáticos que não poupam nenhum lugar do planeta. A meta de 1,5 grau só pode ser alcançada se os países forem capazes de ações muito concretas e urgentes como, por exemplo, redução dos gases de efeito estufa e do desmatamento, recuperação de ecossistemas, replantio de florestas, e financiamento para a transição energética. Este é o mais difícil. Quem vai pagar a conta? Quanto será pago e quando?

É uma tarefa monumental obter consensos em torno de todos esses temas, pois as ações devem, necessariamente, envolver governos, empresas e a sociedade civil. Nas últimas COPs, pouco se conseguiu avançar, sobretudo porque o lobby do capital fóssil trabalha ferozmente para continuar furando poços de petróleo como se não houvesse amanhã. Em Belém, não será diferente. Os lobbies dos três “Bs” – “big oil”, “big mining” e “big agro” – vão desembarcar com sua avalanche de *green washing* e hipocrisia. São os mesmos que aplaudiram e pressionaram pela aprovação do PL da Devastação no Senado, que praticamente extingue o li-

cenciamento ambiental no Brasil (o projeto foi para a Câmara).

O debate sobre o capital fóssil nos interessa particularmente quando se aguarda, com muito suspense, a decisão sobre a exploração de petróleo na Margem Equatorial, em especial na Foz do Amazonas. Eis um conflito que o Brasil precisa resolver. Quer ser uma potência ambiental ou um petro-Estado? O manifesto “A Margem Equatorial e o Suicídio Ecológico do Brasil”, assinado por mais de 5,3 mil cientistas, escritores, pesquisadores, ativistas e políticos, destaca que na Foz do Amazonas estão as maiores áreas de manguezais do mundo e enorme riqueza de recifes de corais. Ressalta também que mensurações aéreas realizadas pelo Inpe mostraram enorme absorção de gás carbônico pelo fitoplâncton que se concentra na foz, alimentado pelos sedimentos carregados pelo Rio Amazonas. Ou seja, o fitoplâncton é um aliado na contenção do aquecimento global. Além disso, a intensidade das correntes marítimas na região aumenta exponencialmente os riscos de um desastre de grande magnitude no caso de um vazamento de óleo. A conta entre custo e benefício não fecha.

Numa entrevista que me concedeu, anos atrás, o climatologista Paulo Nobre, do Inpe, definiu a conexão entre a floresta amazônica e o oceano: “A floresta é o maestro e o Atlântico é o primeiro-violino. Outros instrumentos compõem a música do clima global, mas esses dois são os mais importantes. São os dois elementos da estabilidade climática mundial. A floresta controla a chuva, que regula a circulação dos ventos e os ventos governam a circulação oceânica”.

Seremos capazes de assegurar a afinação da orquestra? •

redacao@cartacapital.com.br

Lugares reservados

POLÍTICA Projeto de Lei visa garantir às mulheres ao menos 20% das cadeiras no Poder Legislativo

Mais da metade da população brasileira é formada por mulheres. Também ultrapassa a casa dos 50% o número de eleitoras no País. Essa maioria incontestável tem sido, porém, ignorada no mundo da política. Apesar de alguns (poucos) avanços nas últimas décadas, cresce um movimento para apressar a busca pela igualdade de poder. Um Projeto de Lei protocolado no Senado estabelece uma cota obrigatória de 20% de mulheres nos assentos das Casas Legislativas em todo o País, das Câmaras de Vereadores ao Congresso. A proposta consta entre os quase 900 artigos do novo código eleitoral a ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça. Para entrar em vigor no próximo ano, o PL precisa ser aprovado pelas duas casas do Parlamento até outubro.

O relatório do novo código eleitoral estava na pauta da comissão para ser votado na quarta-feira 11, mas, diante da grande reação dos senadores e de mais 500 emendas apresentadas, a votação foi adiada para 9 de julho. Até lá, o relator vai reunir-se com os líderes partidários para incluir algumas emendas consensuais no texto. O projeto condensa sete leis que tratam do processo eleitoral. “Respeito a divergência, é impossível você fazer um código de 898 artigos e todo mundo concordar com

100% de tudo. Agora, eu vejo que, de todos os temas traçados, restaram uns três ou quatro, no máximo, em que há grandes diferenças”, salienta o senador Marcelo Castro, do MDB do Piauí, relator. “Se não chegarmos a um entendimento, também não tem problema. Faz parte da democracia. Se isso acontecer, aí vamos para a votação, faz-se o destaque, quem tiver maior número de votos vence e o código volta para a Câmara dar a palavra final. É assim que se faz a legislação.”

Líder da bancada feminina, a senadora Leila Barros (PDT-DF) vê a nova cota como um avanço à legislação que estabelece a reserva de 30% de candidaturas e gastos de campanha para as mulheres. A atual regra não assegura, porém, o percentual entre os eleitos e é constantemente burlada pelos partidos políticos, que lançam nomes de laranjas para preencher o requisito. “Sabemos que, na prática, esses 30% nem sempre resultam em representatividade real. Em mais de 700

dos 5.571 municípios brasileiros não há sequer uma mulher eleita nas Casas Legislativas. Por isso, a obrigatoriedade de vagas é uma sinalização positiva”, diz a senadora, que salienta a importância de o relator acatar as emendas apresentadas pela bancada feminina. “Estamos acompanhando de perto esse processo, para avaliar quais de nossas propostas estão sendo acolhidas. Defendemos que as emendas apresentadas pela nossa bancada sejam incorporadas ao texto final, pois tornam a proposta mais robusta e efetiva para as mulheres”, completa.

Segundo a senadora Zenaide Maia, do PSD do Rio Grande do Norte, há o risco de a cota de 20% das cadeiras para mulheres excluir a reserva de 30% de candidaturas femininas por partido. “A proposta de criar uma cota de cadeiras é bem-vinda, mas não pode ser incluída no Código Eleitoral em troca de renunciarmos a direitos conquistados. Também não abrimos mão dos 30% de financiamento obrigatório do fundo eleitoral para candidaturas femininas, conquista que nos foi garantida pelo Poder Judiciário.” O novo código, diz Castro, não prevê o fim da reserva de 30% garantida em lei. “Nossa proposta prevê que todas as Casas Legislativas tenham, no mínimo, 20% de cadeiras reservadas para mulheres. O estado que tiver 30%, 40% ou 50% de mulheres eleitas não diminuirá, e esse percentual será garantido. Na média geral, acredito que teremos de 25% a 30% de participação feminina efetiva na Câmara Federal e que essa mudança trará um impacto efetivo e será um forte incentivo para termos mais mulheres na política.”

Para a cientista política Luciana Santana, professora da Universidade Federal de Alagoas e integrante do Observatório da Eleição, o percentual de 20% não contempla a representatividade feminina na sociedade brasileira. “Não considero que tornar obrigatório que 20% das vagas dos

“Sinalização positiva”, diz a senadora Leila Barros



legislativos sejam destinadas a mulheres signifique um avanço, porque a gente já tem quase isso no Congresso. Para se falar em um avanço efetivo o ideal é que a gente tivesse mais que 30% de assentos reservados às mulheres. O que estão tentando fazer é colocar um teto, não um piso, em termos da participação das mulheres nesses espaços. O ideal seria a gente pensar em uma representação mais proporcional ao perfil da população.”

De fato, a cota obrigatória de 20% é praticamente a representação feminina na Câmara Federal, ocupada em 18% por mulheres, mas está longe de ser a realidade nas Assembleias Legislativas e Câmaras de Vereadores. Até mesmo no Legislativo Federal, certas unidades da fe-

deração, como o Piauí, têm uma banca totalmente masculina. Dos dez deputados que representam o estado, apenas uma mulher foi eleita, mas ela renunciou para assumir uma cadeira no Tribunal de Contas, abrindo caminho para o suplente, um homem. Na bancada pernambucana, dos 25 parlamentares eleitos em 2024, apenas três são mulheres. O presidente do Senado, Davi Alcolumbre, declarou-se contrário à cota, sob a alegação de que a regra poderia tumultuar o processo eleitoral nos Legislativos Municipais e Estaduais.

Além da cota feminina, o projeto inclui temas como a redução da quarentena para o afastamento de autoridades, como juízes, policiais e militares, que desejem disputar uma eleição, prazo para a pres-

Patriarcado. Deputadas e senadores representam apenas 18% do total de parlamentares, embora as mulheres sejam maioria na sociedade

tação de contas por parte dos partidos sobre o percentual de gasto com candidaturas de minorias, federação partidária, voto impresso e *fake news*. Um código extenso que promete muita confusão ainda. Alcolumbre comprometeu-se em colocar o projeto para votação em plenário assim que for aprovado pela CCJ, por considerar que o País necessita de uma legislação consolidada “que traga segurança jurídica e impeça mudanças de regras às vésperas das eleições.” •

- por Fabíola Mendonça



Luta de classes

AJUSTE FISCAL O ministro Fernando Haddad insiste em taxar os mais ricos, o Congresso quer sacrificar a base da pirâmide

POR ANDRÉ BARROCAL

Uma revoadada de abonados pousou em Brasília nos últimos dias para fazer *lobby* contra as medidas alternativas preparadas no governo em substituição ao plano de elevar o Imposto sobre Operações Financeiras. Para fechar as contas federais e manter políticas públicas em 2025 e 2026, a equipe econômica havia colocado na praça, em 22 de maio, um pacote para conseguir 60 bilhões de reais com o aumento do IOF, tributo que Jair Bolsonaro e Paulo Guedes tinham resolvido, na saída de cena em 2022, tornar irrelevante. Houve esperneio e ranger de dentes entre a turma de sempre, ricos acostumados a pagar pouco ou nada de Imposto de Renda. O Congresso, claro, ficou sensibilizado com a situação desses pobres-coitados e ensaiou derrubar a MP do IOF. O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, aceitou dar um passo atrás. Não desistiu, porém, de fazer com que os “moradores de coberturas” paguem a conta. Eis o motivo da romaria à capital federal.

A alternativa ao plano do IOF aumenta a taxa de vários negócios financeiros, de bancos digitais, de lucros empresariais distribuídos a acionistas e de *bets*, as casas de apostas esportivas *online*. A diferença é que a arrecadação será inferior aos 60 bilhões de reais desejados. Cerca de metade, conforme estimativas a circular na quinta-feira 12, após uma

edição extra do *Diário Oficial da União* ter publicado, na véspera, um novo decreto sobre IOF e uma Medida Provisória. As propostas alternativas, tinha dito Haddad na terça-feira 10, “atingem os moradores de coberturas, pegam só gente que tem muita isenção fiscal (...), não mexem com o dia a dia da população”. Uma imagem repetida pelo ministro no dia seguinte, em uma tumultuada audiência pública na Câmara dos Deputados, encerrada graças a bolsonaristas enraivecidos, entre eles Nikolas Ferreira, do PL mineiro. “O morador da cobertura não paga condomínio e o zelador está pagando o condomínio do mesmo prédio”, afirmou Haddad.

O ministro, recorde-se, usou a mesma filosofia de que os ricos paguem a conta ao desenhar aquela proposta, enviada em março pelo governo ao Congresso, de dar isenção total de Imposto de Renda a salários de até 5 mil reais e parcial a quem ganha até 7 mil. Essas isenções beneficiam 15 milhões de trabalhadores e desfal-

cam o Erário em 25 bilhões de reais. Para compensar a perda de receita, a ideia é criar uma taxa adicional sobre 141 mil super-ricos, gente com renda superior a 50 mil mensais e que, na prática, paga só 2,5% de imposto. O projeto está aos cuidados do deputado Arthur Lira, ex-presidente da Câmara até fevereiro último. O partido do alagoano, o PP, quer mudar o projeto para aliviar a vida de quem embolsa de 50 mil a 150 mil mensais, e Lira gosta da ideia. Na quarta-feira 11, horas antes da publicação do pacote alternativo ao plano do IOF, o presidente do PP, senador Ciro Nogueira, do Piauí, havia dito no Congresso que seu partido não aceitaria o que estava a caminho. “Vamos agora traçar uma risca no chão.” De um lado da risca, quem topa elevar impostos. Do outro, quem não topa.

A “risca no chão” uniu o PP e o União Brasil, partidos que desde abril atuam de forma conjunta, via federação. Siglas que ocupam ministérios no governo, sinal do tamanho da encrência que Haddad terá para aprovar o novo pacote. “Há uma revolta do andar de cima”, comentou o líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias, do Rio de Janeiro, na audiência pública com o ministro. Para o deputado, Haddad tem tido “uma coragem que poucos tiveram ao longo da história, ao entrar no debate da injustiça tributária brasileira”.

No pacote alternativo, o governo propôs cobrar 5% de Imposto de Renda so-

O plano alternativo ao IOF corre sérios riscos de naufragar no Parlamento



O dito pelo não dito. Após mostrar certa boa vontade com a alternativa apresentada por Haddad, Motta mudou o tom

quem investe em título público. Hoje, há uma escala variável entre 15% e 22,5%, a depender do tempo que o dinheiro ficou parado antes de ser sacado pelo aplicador.

Todas essas taxações haviam sido discutidas por cinco horas em 8 de junho, um domingo, por Haddad e os presidentes da Câmara, Hugo Motta, do Republicanos da Paraíba, e do Senado, Davi Alcolumbre, do União Brasil do Amapá, na residência oficial do primeiro. O presidente Lula estava na França e recebeu o ministro na terça-feira 10, na volta ao Brasil, para tomar pé da situação. Motta tinha dado sinais iniciais de boa vontade, mas depois mudou de tom, tornou-se mais evasivo. Obra possivelmente do *lobby* de endinheirados. A bancada dos fazendeiros foi uma das mais vocais contra o pacote alternativo, em razão da taxação das LCAs. Em nota pública, disse que o preço dos alimentos subiria. A posição da bancada ruralista foi uma das razões para a equipe econômica não ter dado uma entrevista coletiva sobre o pacote alternativo, segundo *CartaCapital* apurou.

bre os ganhos de quem investe em títulos privados hoje isentos como o LCI (negociados para destinar verba ao setor industrial) e o LCA (setor rural). As transações com criptomoedas, também isentas, vão pagar 17,5% de IR. A distribuição de juros sobre capital próprio, forma de dividir lucros empresariais entre sócios e acionistas, serão taxados em 20%, não mais em 15%. As *fintechs*, ou bancos digitais, que hoje podem pagar 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a CSLL, terão de recolher ao menos 15%, alíquota aplicada aos bancos convencionais. A MP aproveitou e unificou em 17,5% o imposto sobre os rendimentos de



“Não tem nenhuma medida aí que do ponto de vista econômico não seja justa e não esteja corrigindo uma distorção”, disse Haddad na porta do ministério na manhã da quinta-feira 12, dia da conclusão desta reportagem. “Quem quer defender *bet* que venha a público, quem quer defender banco que venha a público”, prosseguiu ele, para quem o debate honesto e com dados será capaz de convencer o Congresso a aprovar as medidas, apesar do que ele descreveu como “*lobbies* mais rápidos do que o governo”.

No caso das *bets*, a Fazenda quer co-



brar mais imposto a partir de outubro (quanto às mudanças no IR no setor financeiro, elas vão vigorar a partir de janeiro de 2026, se aprovadas). Hoje, as casas de apostas pagam 12% sobre a diferença entre o que arrecadam e o que dão de prêmio. Segundo Haddad, essa diferença é de, no mínimo, 40 bilhões de reais anuais. A alíquota de 18% tinha sido proposta pelo ministro em 2023. Naquela época, o Congresso não deixou passar. E agora? O termômetro do líder do governo na Câmara, José Guimarães, do PT do Ceará, mostra que a batalha será dura de novo. Para tentar dobrar o Legislativo, a equipe econômica prepara um relatório com números sobre o tamanho do “mercado” de apostas.

Outra esperança da Fazenda para emplacar a taxa maior das *bets* é a posição de dois grupos de peso: o varejo e as igrejas. Ambos fizeram chegar à equipe econômica sua insatisfação com a concorrência das *bets* pelos caraminguês dos brasileiros. A Confederação Nacional do Comércio é autora de uma ação de setembro de 2024 no Supremo Tribunal Federal que tenta derrubar a lei das *bets*,

de 2023, a mesma, aliás, que prevê a taxa de 12%. Na ação, a CNC diz que o mercado de apostas *online* “vem desencadeando o endividamento das famílias”. A propósito, na terça-feira 10, a CPI das Bets, instalada em novembro no Senado, divulgou seu relatório final. Foram incriminados 14 nomes por ilícitos como estelionato e propaganda enganosa, entre eles a influenciadora digital Virginia Fonseca e a advogada Deolane Bezerra.

Paralelamente à MP da taxa maior das *bets*, bancos e títulos, o governo baixou um novo decreto sobre IOF com um passo atrás em relação àquele de 22 de maio. A norma anterior promovia alterações de fôlego no tributo. E desfia uma herança deixada por Bolsonaro e Guedes. A dupla tinha zerado diversas alíquotas

“Há uma revolta do andar de cima”, diz Lindbergh Farias, líder do PT na Câmara

Privilegio. O mercado evoca o fantasma do governo “gastador” e quer o sangue de aposentados e beneficiários de programas sociais

do IOF, de forma escalonada, até 2029. A compra de dólar, taxada em 1,1%, e as compras internacionais com cartão de crédito, tributadas em 6,38%, teriam IOF zero a partir de 2028, por exemplo. Era um compromisso assumido com a OCDE, clube de países ricos e aspirantes, em troca de aval, à entrada do Brasil no organismo. Foi em 2022 que a entidade iniciou o processo de análise da adesão brasileira. O governo Lula não tem interesse em participar do grupo.

O decreto de maio havia desencadeado um coro de vozes contrárias que uniu o bolsonarismo, o “Centrão”, a Faria Lima e a mídia. Quase 20 propostas foram apresentadas no Congresso para anular o decreto. Teve início uma maratona de reuniões. Em 28 de maio, Haddad sentou-se com os presidentes da Câmara e do Senado. Em 3 de junho, ele e Lula estiveram com o deputado e o senador no Palácio da Alvorada. Cinco dias depois, nova conversa de Haddad com Motta e Alcolumbre, desta vez na residência oficial do presidente da Câmara.

No decreto de agora, o governo desistiu de elevar o IOF de 0,38% para 0,95% em operações de crédito entre pessoas jurídicas e em transações do chamado risco sacado, espécie de antecipação de recursos feita por bancos a fornecedores de empresas. Insistiu, porém, em cobrar mais em aportes feitos em planos de previdência privada do tipo VGBL, só mudou um pouco a fórmula. O VGBL tem atraído, segundo fontes da equipe econômica, ricações que antes guardavam dinheiro em fundos *offshore*. Estes passaram a ser tributados no governo Lula, em outro lance de Haddad de “jogar a conta para o andar de cima”. •

ADALBERTO VIVIANI

Consultor de marketing e comunicação especializado em bens de consumo



Copo cheio

► A Stanley diversifica a oferta de produtos para compensar a queda de vendas da linha principal

Você pode não ter, mas certamente já viu um copo Stanley. A marca centenária surgiu em 1913, e se transformou em item de moda em todo o mundo. Foi criada na Nova Inglaterra como garrafas térmicas e lancheiras para os trabalhadores e ampliou para os praticantes de atividades ao ar livre. Até o *boom*, nos anos 2000, quando a empresa percebeu um espaço para investir no tema hidratação a toda hora. Foram anos focados nesse segmento, até os resultados aparecerem. Mas nem tudo é para sempre. O futuro começa a apontar desafios para a marca.

O sucesso recente é sempre mencionado como exemplo de marketing bem-sucedido. Embarcou na ideia de que a hidratação é essencial para a qualidade de vida, o que todos concordam, mas “envelopou” a água com uma marca muito além das garrafas PET. Em 2019, a receita anual foi de 73 milhões de dólares. Em 2023, o resultado foi mais de dez vezes superior: 750 milhões.

Apesar do sucesso e da internacionalização da marca, em tempos de comportamento digital e volatilidade do consumo, é preciso estar atento. Tendências como a de objetos de uso não obrigatório nem incorporados a novas tecnologias devem reinventar-se constantemente. Lembram-se das polainas da década de 1980? Ou das pochetes? Sim, hoje são

horríveis e estão descartadas. É preciso estar atento e entender do campo que se defende deve ser mantido.

Agora a empresa dá passos para ser mais do que copos. Vai entrar no mercado de hidratação com *wheys* e outras bebidas. A empresa também deve lançar modelos com nomes da música. Uma das apostas é Post Malone, que terá uma linha com seu nome. Novos produtos voltados para aficionados por cafés devem surgir. A medida visa compensar uma queda de vendas percebida nos canais de vendas de artigos esportivos. A Stanley vai, aos poucos, migrando de mercado. Além dos copos, vai investir no que pode enchê-los.

Labubu

Labubu é um personagem de livros infantis criado em 2015 pelo designer e ilustrador Kasing Lung, de Hong Kong. Baseado na mitologia nórdica – é um elfo, faz magia –, Labubu transformou a Pop Mart, empresa chinesa de brinquedos, em um dos *players* que mais crescem no mercado mundial.

A transição do boneco das páginas dos livros para o universo dos brinquedos aconteceu em 2019. Primeiro, como boneco plástico e, depois, de pelúcia e itens menores. O resultado é que, nos últimos 12 meses, com o Labubu espalhado pelo mercado mundial, as ações da empresa subiram 535%. A companhia foi avaliada em 42 bilhões de dólares, sete vezes o valor da Mattel, dona da Barbie.

O produto original pode ser encontrado nas plataformas de *marketplace* com preços ao redor de 100 reais. A febre no Brasil ainda não começou, mas se prepara. Em alguns dias você será impactado pelos novos elfos chineses.

Lanche recheado

A Aurora, terceira maior agroindústria de proteína animal, acaba de anunciar a compra da Gran Mestri, focada em queijos que tem no Grana Padano o carro-chefe. A compra potencializa a estrutura de distribuição e reforça a entrada da Aurora em mais canais. A sinergia de logística é fundamental no segmento de alimentação, para ganhar relevância no autosserviço e no varejo e eficiência operacional na gestão.

A Aurora é uma cooperativa nascida em 1969, em Chapecó, no interior de Santa Catarina. Hoje conta com 33 unidades produtoras e 37 centros de comercialização. A receita operacional bruta foi de 24,9 bilhões de reais, em 2024, crescimento de 14,3% sobre o ano anterior. Os dados são da *SuperVarejo*.

Ração garantida

A Mars, fabricante das rações Pedigree e Whiskas, acaba de inaugurar uma nova unidade em Ponta Grossa, no Paraná. A fábrica terá foco em rações úmidas, que representam pouco no mercado nacional, habituado a oferecer opções secas. Com a nova unidade, que teve um investimento de 450 milhões de reais, a expectativa é aumentar a participação das rações úmidas de 15% para 30% em três anos. A empresa tem mais duas unidades: em Mogi-Mirim, interior de São Paulo, e Recife.

Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação, o Brasil é o segundo país no mundo em quantidade de PETs, com estimativa de 160 milhões de animais, entre cães, gatos, aves e peixes ornamentais. Em 2024, esse mercado faturou ao redor de 76 bilhões de reais. ●

redacao@cartacapital.com.br

Os intocáveis

ARTIGO A resistência ao aumento do IOF é uma forma de manter intocado o patrimônio do topo da pirâmide

POR MERLONG SOLANO*

Acelema provocada por pequenos ajustes no Imposto sobre Operações Financeiras escancara uma realidade perturbadora: o setor financeiro e alguns segmentos da elite do País continuam a ser tratados como casta intocável, imunes a qualquer tentativa de justiça tributária. Enquanto a maioria da população paga impostos sobre consumo e renda de forma regressiva, o grande capital e as operações financeiras de alto valor desfrutam de privilégios escandalosos.

Grande parte do alvoroço em torno do IOF baseia-se em mentiras propagadas por setores interessados em manter seus benefícios, com apoio da mídia tradicional. Um exemplo é o de que o ex-presidente Jair Bolsonaro teria reduzido as alíquotas do imposto. Na verdade, ele começou a cair no governo Lula, de 6,38%, em 2022, para 5,38%, em 2023, e para 3,38% neste ano. Bolsonaro apenas assinou um decreto estabelecendo a redução gradual até zerar o tributo em 2028. Seu governo não fez nada, usou uma pirotecnia desinformativa nas redes sociais com o objetivo de enganar as classes médias e ricas, que compram dólares para viagens internacionais. O governo atual propôs mudança insignificante: aumento de 0,12% no IOF sobre cartões de crédito e débito internacionais (de 3,38% para 3,5%).

Uma alteração mínima, mas que gerou reações desproporcionais.

Outra falácia amplamente difundida é a de que o governo atual iria aumentar o IOF para cobrir supostos gastos descontrolados. No mesmo dia em que anunciou as mudanças no imposto, o governo Lula cortou 31,3 bilhões de reais em despesas, demonstrando compromisso com o ajuste fiscal. Além disso, as contas públicas mostram que a despesa total do governo federal em relação ao PIB caiu de 19,5%, em 2023, para 18,8%, em 2024. Ou seja, o discurso da “gastança” não resiste aos fatos.

A resistência ao aumento do IOF evidencia um Congresso dominado por interesses que perpetuam a desigualdade. Enquanto se criticam supostos excessos do governo, ignora-se o crescimento explosivo das emendas parlamentares, que saltaram de 6 bilhões de reais, em 2014, para mais de 50 bilhões, em 2024, expansão estimulada e ocorrida predominantemente no governo Bolsonaro. O mesmo Congresso, com quase os mesmos lí-

A elevação do imposto evitaria uma nova alta da taxa básica de juros

deres conservadores, aprovou projetos que, progressivamente, aumentaram os incentivos fiscais ao absurdo de cerca de 600 bilhões de reais por ano. E, recentemente, renovou a desoneração da folha de pagamento de 17 setores privilegiados da economia, prejudicando a arrecadação necessária para as políticas sociais.

A resistência aos ajustes no IOF insere-se num cenário em que há o Parlamento fortemente influenciado pelos interesses que sustentam a pirâmide de desigualdades no Brasil, um dos países com a pior distribuição de renda do mundo. Na prática, trata-se de uma visão impermeável à noção de justiça tributária. A mudança teve grande repercussão no Congresso porque lá o setor financeiro e o grande capital são super-representados. Não lhes faltam apoia-dores, inclusive na mídia, dispostos a sabotar políticas capazes de reduzir a regressividade de nosso sistema tributário e barrar a tendência de aumento da dependência do governo ao financiamento da banca financeira por meio do crescimento da dívida pública.

Viciado em superlucros no curto prazo, o setor financeiro trabalha para dinamitar qualquer medida que aponte no rumo do equilíbrio das contas públicas. A população precisa ficar atenta para não cair em armadilhas “informativas”, especialmente nas redes sociais. É bom saber que as medidas do governo não alteram em nada as regras para empréstimos e financiamentos a pessoas físicas. Portanto, para essas operações continuam a valer as regras atuais.

O IOF é um instrumento crucial para frear a sonegação e a evasão fiscal das elites. Um dos alvos das novas regras é o Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), usado por milionários como mecanismo para escapar do Imposto de Renda. A nova alíquota de 5% sobre aportes mensais acima de 50 mil reais visa fechar



essa brecha, preservando a isenção para aplicações menores, ou seja, protegendo a classe média e os pequenos investidores. Hoje, setores de altíssima renda usam esse instrumento como esconduro de sonegação fiscal.

Do ponto de vista macroeconômico,

o IOF é uma ferramenta complementar importante que pode evitar a elevação da taxa Selic para controlar a inflação. Enquanto o aumento dos juros encarece o crédito para todos e amplia a dívida pública, o ajuste do IOF permite uma política contracionista sem onerar o Esta-

do. Estima-se que a mudança no IOF proposta para pessoas jurídicas tenha efeito equivalente a um aumento de 0,5% na Selic, o que pode evitar nova alta dos juros, hoje em patamares estratosféricos (14,75% ao ano). Quem ganha absurdamente com a taxa Selic não quer mudanças, obviamente. Em termos sistêmicos, de política econômica cíclica ou anticíclica, o IOF é um instrumento muito mais eficaz do que a taxa Selic, pois seu controle e a definição de suas alíquotas, para mais ou para menos, permitem definir o nível de acesso a crédito na economia.

Há outra resposta mais simples à resistência às mudanças: o IOF é um imposto difícil de sonegar e permite rastrear movimentações financeiras suspeitas. Isso desagradava tanto aos super-ricos, que buscavam escapar da tributação, quanto o crime organizado, que depende da opacidade das transações.

Enquanto a mídia tradicional e as redes sociais reproduzem teses enganosas, os verdadeiros responsáveis pela desigualdade seguem intocados. O Brasil precisa mesmo, e urgentemente, é de uma reforma tributária progressiva, que taxe grandes fortunas e rendas financeiras, em vez de sobrecarregar os mais pobres. O ajuste no IOF é um passo pequeno, mas simbólico, nessa direção. Quem se opõe a ele não defende a economia, mas privilégios de uma minoria que sempre lucrou à custa do resto do País.

Enquanto tudo isso acontece sob nossos olhos, os bobos da corte engolem tudo o que é dito na grande mídia, repleta de porta-vozes do chamado “mercado”, e nas redes sociais, para felicidade de quem, em seus iates de luxo, brinda com vinhos caros comprados com rendas não tributadas. ■

**Deputado federal (PT-PI)
e vice-líder do partido na Câmara.*



O culto dos “midiamacro”

IDEIAS Economistas do *mainstream* repetem à exaustão os cânticos de dogmas religiosos

POR MANFRED BACK E LUIZ GONZAGA BELLUZZO

O economista Simon Wren-Lewis usou o termo “midiamacro” para descrever o discurso dominante na mídia, empenhada em disseminar certa visão da economia. Essa visão abriga a síndrome de um conjunto de sinais e sintomas médicos frequentemente associados a uma condição ou doença específica que pode ter múltiplas causas,

ou a causa pode ser desconhecida.

No caso dos economistas *mainstream*, os sintomas e suas causas são conhecidos, ambos definidos nas etéreas regiões do fetichismo “científico”: os movimentos da economia monetário-financeira-capitalista são manietados por funções e equações lineares, transformando as diferenças em igualdades. Sem pudor, criam jargões, repetem à exaustão,

como os cânticos diários nos cultos religiosos. Os “midiamacro” transformam a dinâmica em estática, ao descartar as evidências que apresentam os movimentos que assolam as economias monetário-financeiras-capitalistas. Assim escorçam a temporalidade e as insistentes flutuações de renda e emprego, sempre mobilizadas pelas forças da finança.

Pedimos licença para citar o artigo de

Nimesh Vora na Reuters: o enfraquecimento do dólar desde o início da Presidência de Donald Trump tem feito com que ele se torne a moeda de financiamento preferida para as operações de *carry trade*, fomentando fortes fluxos para moedas de mercados emergentes com maior rendimento. Os *carry trades* financiados pelo dólar na rupia indonésia, na rupia indiana, no real e na lira turca, entre outras moedas, estão de volta à moda, disseram gestores de fundos. Em uma típica operação de *carry trade*, investidores usam moedas baratas para empréstimos, a fim de financiar investimentos naquelas com melhores rendimentos. Os retornos são maiores se a moeda emprestada enfraquecer.

Cabe aqui a citação de um recente artigo do economista grego Yanis Varoufakis: “Também sabemos quem não está disposto a ajudar a reequilibrar o mundo, os Estados Unidos. Enquanto o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, torna-se lírico sobre o reequilíbrio do comércio e dos fluxos de capital, o governo Trump, para o qual ele está trabalhando, está interessado apenas nos objetivos contraditórios de, por um lado, desvalorizar o dólar e, por outro, atrair quantidades ainda maiores de capital para os Estados Unidos – uma contradição que só pode ser resolvida por meio de coerção maciça que os EUA não têm poder e disciplina para implementar”.

Os “midiamacro” encastelados nas simplificações da teoria quantitativa da moeda insistem, de forma até paranoica, em dividir o mundo em dois blocos: o lado real da economia é o lado monetário. O dinheiro vem de fora, é “externo” aos movimentos da economia. Assim, é descartada a condição endógena do dinheiro nos movimentos que afetam as decisões dos agentes. Uma desgraça cognitiva.

Nessa toada monetarista emerge outro sintoma preocupante, propagado aos

quatro cantos, que pretende garantir que a poupança determina ou financia o investimento, e, para deixar qualquer alienista preocupado, nossos “midiamacro” separam investimento produtivo do financeiro. Vamos considerar as chamadas operações de *carry trade*. Essa forma financeira gira no mundo na casa de 1 trilhão de dólares, procurando ganhar dinheiro rápido e fácil. Valendo-se da arbitragem câmbio/juros (para os leigos), trata-se da diferença entre as moedas e suas respectivas taxas de juro dos países. Esse movimento está valorizando as outras moedas em relação ao dólar. Por exemplo, o real neste momento. Perguntamos aos “midiamacro”: essa valorização do real causada por esse influxo de uma operação financeira não interfere na determinação de preço nos produtos importados e exportados? Outra pergunta: por que essa “poupança” não vai para o investimento produtivo?

Pedimos licença e paciência ao leitor para novamente desmascarar o discurso dos “midiamacro”. Recorremos às Sagradas Escrituras para registrar a luta de Davi contra Golias. A pedra atirada por Davi, além de certa, tem de ser fatal.

No artigo publicado no Institute for New Economic Thinking, Thomas Ferguson disparou: “O contraste gritante entre o crescente papel financeiro e a formação real de capital está tornando a afirmação de que as finanças servem à economia real, na medida em que alguma vez foi verdadeira, bastante precária. Os flu-

xos brutos astronômicos que fluem pelos mercados monetários contemporâneos estão apenas obliquamente relacionados à atividade econômica real. Uma alta porcentagem, provavelmente a maioria, origina-se de esforços para proteger-se dos riscos que o próprio processo, com toda a sua alavancagem e margens minúsculas, cria”.

Em seu artigo, Thomas Ferguson informa que a escala total de intermediação financeira é de quase 174% do PIB, enquanto o investimento fixo privado não residencial somou apenas 13%. É evidente que a maior parte da intermediação financeira (dos bancos paralelos) nos EUA não serve à formação real de capital em nenhum sentido.

Os desencontros da macroeconomia são evidentes. A busca obsessiva pelo equilíbrio em um ambiente marcado por flutuações do PIB, do emprego, da renda e dos preços. Nesse ambiente cognitivo sobrevive o dogma de dividir a economia em duas placas tectônicas: a placa do investimento-poupança contrapõe-se à placa monetário-financeira.

Às vésperas da eclosão da crise financeira de 2008 prevaleciam a baixa inflação, a liquidez abundante e a avidez pelo risco. Muitos analistas enveredaram pelos traiçoeiros caminhos do “excesso de poupança global” como causa das transformações nas economias monetário-financeiras capitalistas. No limbo dos “midiamacro” repousa o crédito.

O economista Cláudio Borio, diretor da área monetária do Banco de Compensações Internacionais, descartou essa pretensão: “Esta é uma visão das finanças excessivamente estreita e restrita, pois ignora o papel do crédito monetário (...) Poupança e financiamento não são equivalentes em geral”. Lamenta o economista do BIS: “Os fatores financeiros ainda flutuam na periferia do pensamento macroeconômico”.

O enfraquecimento do dólar abre espaço para a especulação com moedas, entre elas o real



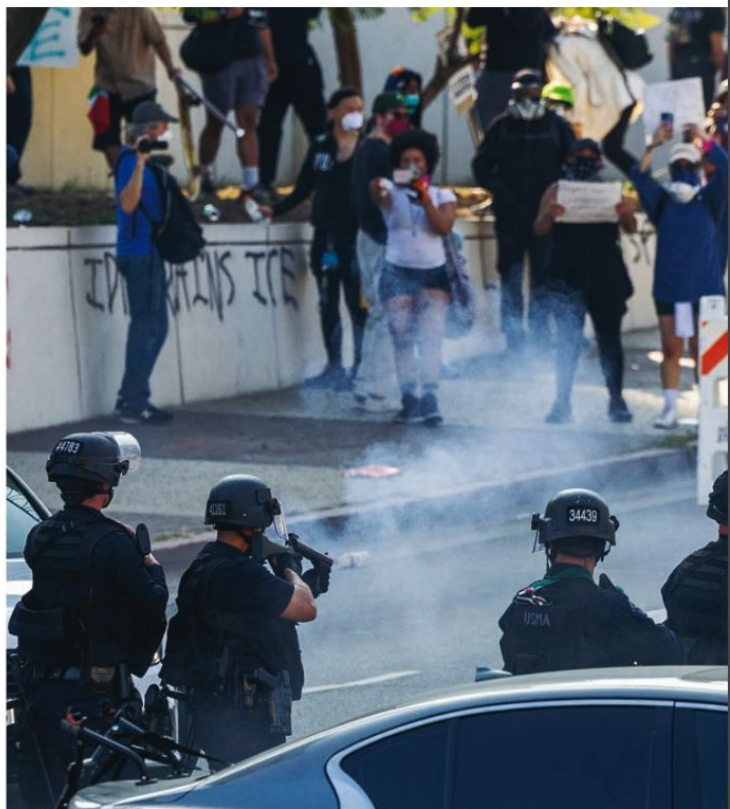
Trump, o sátrapa

EUA O republicano usa as Forças Armadas contra a população e promete acelerar a deportação de imigrantes

POR CLARISSA CARVALHAES, DE NOVA YORK

Os protestos na Califórnia eram o evento que Donald Trump esperava para desviar o foco dos seus fracassos. Quando as manifestações contra a expulsão de imigrantes explodiram nas ruas de Los Angeles na sexta-feira 6, o republicano atravessava um péssimo momento, acossado pelas críticas ao Big Beautiful Bill, a proposta orçamentária aprovada no Congresso que, sob o pretexto de simplificação tributária, vai aumentar o peso fiscal sobre os trabalhadores e as pequenas empresas em mais de 2,6 trilhões de dólares, e pela crise no “bromance” com o bilionário Elon Musk, com quem lavou roupa suja nas redes sociais, para o constrangimento de alguns e diversão de outros.

Nada melhor, portanto, do que investir contra um novo “bode expiatório”. O escolhido foi o governador californiano, Gavin Newsom, do Partido Democrata. Em poucos dias, a Casa Branca desafiou a autonomia do estado e o equilíbrio federativo que marcam a história dos Estados Unidos, ao enviar a Guarda Nacional e soldados navais sem solicitação e ameaçar prender Newsom por “incompetência”. Também insurgiu contra a “esquerda radical”, defensora, segundo ele, da “invasão” de estrangeiros que coloca em risco o poder do império. Em reação, manifes-



tantes passaram a ocupar as ruas em mais de 20 grandes cidades do país, entre elas Nova York. Na quarta-feira 11, a prefeita de Los Angeles, Karen Bass, foi obrigada a determinar toque de recolher na esperança de conter a escalada de violência dos confrontos entre civis e as tropas enviadas por Washington. Ao contrário da tradição brasileira, não há registros na história norte-americana do uso de militares para reprimir a própria população.

Trump também decidiu redobrar a ex-

“A democracia é o próximo alvo”, diz Gavin Newsom, governador da Califórnia



pulsão em massa de imigrantes. O objetivo agora é deportar ao menos 3 mil indocumentados por dia. O governo prepara operações centradas em Boston, onde reside a maior parte da comunidade brasileira, e Nova York. A abordagem tem sido violenta e humilhante. Agentes federais passaram a saltar de vans sem identificação perto de estacionamentos de lojas, como o da Home Depot, um gigante de materiais de construção, para deter quem tenha traços latinos. Lavadores de pratos, decoradores, trabalhadores braçais e costureiras tornaram-se os alvos preferenciais. A conduta dos funcionários do ICE, o serviço de imigração, despertaram a indignação da comunidade latina, que representa cerca de 18% da população, e desencadearam os protestos que Washington decidiu sufocar à força. Na sexta 6, quando as manifestações na Califórnia atingiram uma proporção gigante, Trump escreveu no Truth Social: “Los Angeles está sendo invadida e ocupada por turbas violentas” e “os insurgentes deveriam ser presos”, sem mencionar que ele próprio, ao retornar à Casa Branca, perdooou os invasores do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, turba que pretendia anular as eleições e promover um golpe de Estado. No sábado 7, o presidente ignorou a autoridade de Newsom e a competência dos quase 9 mil oficiais da Polícia de Los Angeles ao convocar 2 mil integrantes da Guarda Nacional para reprimir os protestos, um efetivo enviado para obedecer às ordens diretas da Casa Branca. “Eu sempre quis abordar o relacionamento com o presidente dos Estados Unidos de forma respeitosa e responsável, mas não há como trabalhar ‘com’ o presidente, há apenas trabalhar ‘para’ ele, e eu nunca tra-

Contra o povo. Não há registro na história dos EUA do uso da guarda nacional e de militares para reprimir a própria população. Trump inovou

balhei para Donald Trump”, afirmou o governador da Califórnia à rede de televisão MSNBC. Na segunda-feira 9, o democrata confirmou a prisão de mais de 220 manifestantes e anunciou uma contestação judicial contra o envio de tropas federais para o estado. Na terça 10, ingressou com uma ordem judicial de emergência para barrar a atuação dos *mariners* nas ruas de Los Angeles. Em pronunciamento oficial na mesma noite, Newsom fez novo apelo à resistência pacífica e alertou para os riscos crescentes ao estado de direito. “Regimes autoritários começam mirando nos mais vulneráveis, mas nunca param por aí. Trump e seus apoiadores prosperam na divisão, porque é por meio dela que concentram poder e expandem o controle.”

A Califórnia, advertiu Newsom, é apenas o primeiro alvo de uma escalada autoritária: “Claramente não será a última. Outros estados virão. A democracia é o próximo alvo. Ela está sendo atacada diante de nossos olhos, este momento que tanto temíamos chegou. Se vocês foram exercer seus direitos garantidos pela Primeira Emenda, façam-no pacificamente. Sei que muitos são tomados por ansiedade, medo e estresse. Mas quero que saibam: vocês são o antídoto. O que Donald Trump mais deseja neste momento é sua fidelidade cega. O seu silêncio. A sua rendição. Não entreguem isso a ele”.

Horas antes, Trump havia publicado em sua conta no Instagram uma imagem na qual aparece diante das tropas do Exército. Na legenda, uma frase bélica: “Hoje estou mais confiante do que nunca de que, nos dias que virão, e por todas as gerações futuras, o Exército dos EUA acumulará glória sobre glória. Vocês invocarão uma coragem inesgotável. Protegerão cada centímetro do solo americano e defenderão a América até os confins da Terra!”

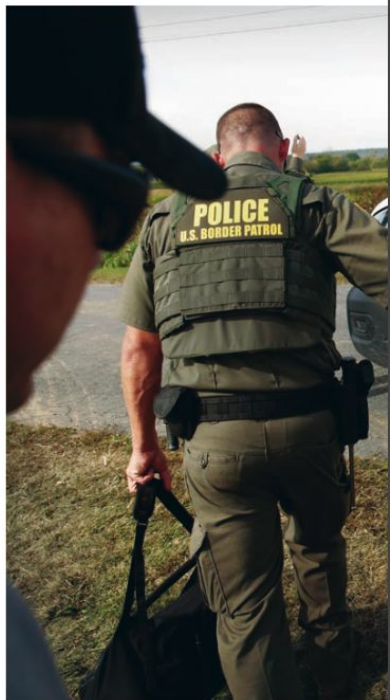
Novos protestos estão planejados para os próximos dias em Nova York, Chicago, Boston, São Francisco e ou-

“É uma política de supremacia branca”, afirma Heloísa Galvão, do Brasil Mulheres Group

tras dezenas de localidades. O republicano deixou claro que não pretende recuar e ameaçou “receber” os manifestantes com “força igual ou maior” do que aquela empregada em Los Angeles. A última vez que um presidente dos Estados Unidos enviou a Guarda Nacional para uma operação doméstica sem o aval do governador foi em 1965 e por uma razão totalmente diferente e justificável. Diante da resistência de estados do Sul de obedecer às novas regras contra a segregação racial, Lyndon B. Johnson não teve alternativa a não ser intervir no Alabama, não para atacar os civis, mas para proteger de agressões e linchamentos os negros que ingressaram em escolas ou ambientes antes exclusivos dos brancos.

O aumento da cota de deportações de 1,8 mil para 3 mil por dia anunciado no domingo 8 pela secretária de Segurança Interna, Kristi Noem, coincide com relatos de superlotação em centros de detenção e com a busca acelerada por novas instalações destinadas a empilhar os presos. Atualmente, mais de 48 mil imigrantes estão sob custódia federal, aumento de 20% desde o início do ano.

Neste novo regime criado pela administração Trump, nem mesmo quem tem permissão para viver legalmente no país, por meio de visto ou de residência permanente, o chamado Green Card, está protegido. Estudantes passaram a ser perseguidos nas universidades e escolas, residentes permanentes barrados em aeroportos e enviados a centros de detenção. Em cidades como Boston,





Pagar para ver. O republicano, em resposta aos protestos, promete praticamente dobrar o número diário de deportações de imigrantes

Massachusetts, e Newark, New Jersey, onde vivem milhões de estrangeiros em situação irregular, a busca pelo “sonho americano” tem se transformado em um ciclo de terror, estresse e angústia.

Nem mesmo o prefeito de Newark e candidato a governador de New Jersey foi poupado. Em 9 de maio, Ras Baraka ficou preso por algumas horas depois de tentar entrar, ao lado de congressistas, nas instalações de um centro de detenção do ICE na cidade. Por esses e tantos outros motivos, muitos brasileiros evitam sair de casa. As notícias recorrentes

de prisão de compatriotas elevam a tensão diária. Um aplicativo chamado Hack Latino foi criado para auxiliar quem busca escapar das garras dos agentes de imigração. Além dos endereços de consulados, o aplicativo informa em tempo real as áreas de batidas policiais e a movimentação de veículos “suspeitos”, normalmente usados como disfarces pelas equipes do ICE.

Na tentativa de lustrar a imagem, Washington criou um plano de autodeportação, o CBP Home App, programa que oferece assistência financeira, suporte de viagem, tratamento decente e um “prêmio” de mil dólares para quem decidir voltar ao país de origem por livre e espontânea vontade. Os migrantes temem, porém, que as promessas não sejam cumpridas e que tudo não passe de armadilha.

Heloísa Galvão, representante do Brasil Mulheres Group, fundado há 30 anos, e Lídia Sousa, diretora do New England Community Centre Stoughton, criado há uma década, são testemunhas do desespero dos brasileiros sem documentos oficiais. As ONGs atuam na região de Boston e se converteram em centros de apoio à comunidade. As duas ativistas se emocionam ao relembrar casos como o de um idoso detido pelo ICE a caminho do hospital para o tratamento com hemodiálise. Também me deram acesso ao áudio de uma mãe que, aos prantos, pergunta se é possível acelerar o processo de certidão de nascimento do filho, pelo medo de ser deportada e o menino, nascido nos Estados Unidos, ser enviado a um abrigo.

Desde janeiro houve um aumento expressivo na procura por documentação brasileira. O número de solicitações de certidão de nascimento aumentou de 15 pedidos diários no primeiro mês do ano para mais de 200 em maio. Dados de 2023 do Ministério das Relações Exteriores estimam que 1,9 milhão de brasileiros vivem nos EUA. O Itamaraty informa que tem realizado mutirões para atender à alta demanda e que o ministério desenvolve um estudo para ampliar o corpo de funcionários nos consulados espalhados pelo país. Para Lídia Sousa, é preciso dar agilidade a esse processo. “Atuamos como bombeiros aqui. O número atual de funcionários nos consulados é insuficiente e eles precisam de reforço urgentemente para atender a tamanha demanda. Vou ser sincera, estou muito cansada. Parece que vivi cinco anos em três meses.”

Residentes há mais de duas décadas nos EUA, as duas brasileiras afirmam nunca ter vivido algo parecido. “O ‘Make America Great Again’, na verdade, é ‘Make America White Again’”, observa Heloísa Galvão. “É uma política fascista proposital, de humilhação, extremamente planejada, uma política de supremacia branca.”

Volta para a tua terra

EUROPA Os países que mais envelhecem e empobrecem põem a culpa nos imigrantes por sua própria decadência

POR JOÃO PAULO CHARLEAUX

Portugal, Itália e Alemanha adotaram nos últimos meses medidas mais duras contra a imigração. As ações são dirigidas principalmente contra estrangeiros pobres e vulneráveis do continente africano ou de países como Sri Lanka, Nepal, Paquistão, Afeganistão, Síria e Bangladesh, que buscam a Europa para fugir de guerras, perseguições, crises e desemprego. Desta vez – e eis a novidade –, brasileiros e argentinos agraciados, por descendência longínqua, com passaporte europeu, também serão prejudicados.

As medidas que mais afetam os brasileiros foram tomadas por Itália e Portugal. No caso italiano, o Parlamento alterou a Lei da Cidadania de 1992, que não impunha limites geracionais ao direito de sangue. Com a reforma, a solicitação de cidadania fica restrita a apenas duas gerações de nascidos fora da Itália, com a condição adicional de que o pai ou avô do requerente não tenha nenhuma outra nacionalidade, a não ser a italiana. Essa é uma forma de fechar a porta para novas naturalizações. A outra foi boicotar um referendo para flexibilizar as regras da concessão de cidadania a estrangeiros que vivem legalmente no país. O referendo, realizado ao longo de dois dias, no do-

mingo 8 e na segunda-feira 9, propunha diminuir o período mínimo de residência na Itália para quem deu entrada em pedidos de cidadania – a exigência é de dez anos de residência e a proposta era cortar o tempo pela metade. O comparecimento às urnas ficou, no entanto, abaixo do mínimo requerido, de 50%, o que invalidou a consulta pública, mantendo a regra atual inalterada. A abstenção de aproximadamente 70% foi um modo silencioso de fechar a porta a novos cidadãos.

Em Portugal, o governo extinguiu o mecanismo chamado de “manifestação de interesse”, criado em 2007. Por meio dele, qualquer estrangeiro podia entrar no país declarando buscar trabalho ou estudo. Agora, é preciso um contrato prévio para ser aceito. Nações da Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa continuam a ter alguns benefícios, mas o acesso a essas facilidades está obstruído pela de-

Partidos conservadores tradicionais têm abraçado a agenda da extrema-direita



manda gigantesca de revisão dos pedidos feitos por meio da “manifestação de interesse”. O governo tenta zerar as análises represadas pela regra antiga. Desde então, dos 73 mil pedidos de residência feitos por brasileiros, 7,3% foram negados.

Na Alemanha, o chanceler Friedrich Merz assumiu o cargo em 6 de maio e, dois dias depois, declarou que a imigração constituía uma situação de “emergência nacional”. Com isso, conseguiu suspender automaticamente a análise de todas as novas solicitações de refúgio apresentadas por estrangeiros que alegam fugir de guerras e perseguições por razões políticas, étnicas e religiosas. A medida restritiva acabou revertida em 2 de junho por uma decisão de primeira instância da Justiça alemã, que deu ganho de causa a um grupo de cidadãos



somalis, mas Merz e seu gabinete continuam empenhados em fechar as portas.

As restrições impostas a imigrantes na Europa são uma resposta de setores políticos conservadores ao apelo crescente dos partidos de extrema-direita. Muito embora legendas radicais como o Chega, em Portugal, e a AfD, na Alemanha, ainda não tenham chegado ao poder, elas experimentam crescimento a ponto de aumentar o número de cadeiras no Parlamento a cada nova eleição, introduzindo no debate público propostas antes impensáveis. Para não ficar para trás, partidos da direita tradicional ou de centro, que compõem há décadas o *mainstream* político europeu, passaram simplesmente a aderir a propostas abertamente nacionalistas e xenofóbicas, para não perder votos.

“A extrema-direita cresce e consoli-

da um discurso nacionalista de tipo excludente, com o qual tenta reafirmar laços identitários e construir uma versão na qual migrantes são associados a ameaça”, afirma João Carlos Jarochinski, professor do mestrado em Sociedade e Fronteiras da Universidade Federal de Roraima, que se converteu em um núcleo importante de estudo do tema a partir do fenômeno da migração venezuelana para o Brasil. “Essa ameaça tal como percebida pela Europa não é só ao emprego ou aos sistemas nacionais de saúde, como se dizia antes, mas é uma ameaça cultural. É uma ideia de que essa imigração vai desconstruir os valores e a identidade europeia. A extrema-direita vende com êxito essa ideia de insegurança do modo de vida europeu.”

Na prática, os imigrantes são indispensáveis para a economia de um continente

Paisagem. A xenofobia europeia tem raça e classe social. Os vulneráveis da África e do Oriente são os maiores alvos da fúria que alimenta o extremismo

europeu cuja população envelhece e encolhe ano a ano. Postos de trabalho em setores como os de limpeza, construção civil e cuidadores de idosos são largamente preenchidos por estrangeiros. Em capitais europeias famosas por sua culinária, como Paris, é comum que restaurantes frequentados por turistas ávidos por provar o tempero local sejam movidos a cozinheiros cingaleses. É esse exército jovem que também consome produtos locais e paga impostos que financiam a aposentadoria dos europeus envelhecidos.

“Não há dúvida de que esses imigrantes são necessários para a economia da Europa. Sem imigração, a população de Portugal, por exemplo, teria diminuído nos últimos anos. Isso afetaria a economia, basta você ver as diferenças no padrão de consumo entre um jovem e um idoso. Mesmo assim, a extrema-direita vende com sucesso essa retórica contra a imigração”, diz Jarochinski, notando que essa foi a forma encontrada por esse setor político radical para discutir a questão do emprego com a esquerda, que tem historicamente no mundo do trabalho o eixo de sua retórica.

O pesquisador destaca o elemento de racismo presente nesse debate. “Os países da Europa não são contra a migração em si, porque ninguém fala a sério em reverter o Espaço Schengen”, o acordo de livre trânsito, residência e trabalho entre os nacionais dos países do bloco. Da mesma forma, “ninguém fala de acabar com o programa Erasmus”, que facilita as trocas migratórias no espaço acadêmico europeu. “A questão são os chamados extracomunitários. O medo é dos mais pobres.”

Por mar ou terra

GAZA Após a interceptação do veleiro de Greta Thunberg, ativistas se lançaram em um comboio rumo ao enclave

POR ARTURO HARTMANN

O barco Madleen, em homenagem a Madleen Kulab, primeira pescadora palestina da Faixa de Gaza, hoje com 30 anos, foi interceptado no domingo 8 em águas internacionais, a cerca de 100 milhas náuticas do destino em território palestino, pela Marinha israelense. Os 12 ativistas da Coalizão da Flotilha da Liberdade, entre eles Greta Thunberg e o brasileiro Thiago Ávila, foram presos de forma ilegal. Pela Convenção da Lei dos Mares, o território náutico de um país estende-se a até 12 milhas além da costa. Ultrapassada essa faixa, acaba a soberania de uma nação e o espaço torna-se livre. O comunicado do Centro Legal Palestino em Haifa, emitido na segunda-feira 9, afirma que “Israel não tinha autoridade legal para tomar o Madleen, que estava em águas internacionais, dirigindo-se não a Israel, mas à Palestina. Prender os 12 ativistas desarmados configura uma séria quebra da Lei Internacional”.

A última notícia antes do fechamento desta edição sobre os ativistas é da manhã da quarta-feira 11. Dos 12 passageiros, quatro, entre eles Thunberg e o ator irlandês Liam Cunningham, assinaram os papéis da ordem de deportação lidos na Corte de Ramleh e foram enviados a Paris. Os demais, incluídos Ávila e a deputada do Parlamento europeu Rima

Hassan, recusaram-se a reconhecer a autoridade israelense e continuam sob custódia. Se o padrão adotado for aquele de processos anteriores, a Corte vai determinar a deportação obrigatória, mesmo sem a anuência dos expulsos. O Itamaraty emitiu uma nota, na qual pede a libertação dos ativistas. “Ao recordar o princípio da liberdade de navegação em águas internacionais, o Brasil insta o governo israelense a libertar os tripulantes detidos”, diz um trecho.

Segundo a advogada Hadeel Abu Salih, a ação não se torna ilegal apenas pelo local da detenção, mas por impedir uma ação humanitária. “Se levarmos em consideração a situação em Gaza, de extrema fome, há uma obrigação de Israel permitir a passagem.”

A situação à qual Abu Salih se refere é o extermínio palestino, em curso há 20 meses. De acordo com dados da ONU, o número de mortos passa de 55 mil. Tel-Aviv não se dá, no entanto, por satisfeita e planeja tomar todo o território e expulsar ou aniquilar a população local. A ONU aler-

ta que “a velocidade e a escala da matança e destruição na Faixa de Gaza não são nada parecidas ao que vimos na história recente. Ao mesmo tempo, a violência na Cisjordânia escalou agudamente”.

As políticas de concentração de população no território chegaram ao seu auge. As Nações Unidas citam dados do site Management Cluster, organização ligada ao seu escritório de direitos humanos: desde 18 de março, 640.273 palestinos, de um total de 2,1 milhões, foram deslocados em Gaza. Só nas duas semanas entre 15 de maio e 3 de junho foram registradas 202.675 expulsões. Cerca de 80% de Gaza virou zona militar ou está na área ocupada. O espaço restrito à população restringe-se aos distritos de Deir al Balah e Khan Younis.

Além disso, uma nova maneira de distribuir refeições reforça as manobras israelenses de deslocamento demográfico forçado. Israel determinou, desde 27 de maio, a substituição do sistema de distribuição de ajuda de um programa coordenado por organizações internacionais para um executado pela Fundação Humanitária de Gaza (GHF), entidade registrada nos EUA. A oferta de refeições é feita em conjunto com a firma de segurança privada Safe Reach Solutions. De acordo com Julia Emtseva, a SRS é presidida por Phil Reilly, ex-agente da CIA. O problema, escreve a autora, é que os palestinos, pelo fato de os centros estarem concentrados no sudeste do enclave, terão de caminhar “por linhas militares israelenses”. No fim das contas, o novo programa “provoca o deslocamento forçado e permanente ao norte de Gaza”.

A ONU recomenda a investigação dessa parceria. Em duas semanas, 82 palestinos foram mortos e 506 acabaram feridos nos centros concentrados de distribuição. O *Washington Post*, em 3 de junho, relatou a admissão do exército israelense de que soldados executaram “tiros

A ação israelense viola, outra vez, as leis internacionais



de alerta” em um desses locais, quando 27 civis foram assassinados e 160 feridos.

Não sobram muitas maneiras de amenizar o sofrimento da população, afirma a palestina Huwaida Arraf, coordenadora da instituição que organizou a viagem do Madleen. “A única razão para que civis como nós sejamos compelidos a levar por mar ajuda para salvar vidas em Gaza é porque governos ao redor do mundo fracassaram de forma retumbante em interromper a campanha de extermínio movida por Israel”, resumiu a ativista ao site Zeteeo.

Iniciativas como a do Madleen dão sinais de que a impossibilidade de governos é cada vez mais rejeitada nas ruas. Após a interceptação da flotilha, grupos humanitários anunciaram o Comboio da Resiliência. Organizado como a Marcha Global a Gaza, o plano é levar 3 mil ativistas pelo trajeto no Norte da África, passando por Tunísia, Líbia e

Egito. O comboio chegaria na fronteira com Gaza no domingo 15.

O primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu, não enfrenta apenas a resistência internacional. Aliados de extrema-direita ameaçam abandonar a coalizão no Parlamento e provocar a queda do governo. Pesadelo para Bibi, que vê na permanência no poder uma forma de escapar dos inúmeros processos por corrupção. A oposição aproveita-se da crise governista, vicejada pela recusa dos ultraortodoxos de cumprir o serviço militar obrigatório, para mobilizar os insatisfeitos. Os protestos a favor de um fim da operação militar, que inviabiliza o retorno dos reféns ainda em poder do Hamas, atraem cada vez mais judeus cansados da situação. O arresto do barco de ativistas foi a maneira encontrada por Netanyahu para tentar aplacar os ânimos dos extremistas que sustentam seu mandato e defendem abertamente a limpeza étnica em território palestino. •

Crime. Netanyahu deteve a flotilha de Thunberg em águas não controladas por seu país. O brasileiro Thiago Ávila (no alto, à esquerda) fazia parte do grupo retido



A regulação possível

ENTREVISTA O secretário-executivo do MinC aposta na votação de um projeto de lei sobre o *streaming* ainda neste semestre

A ANA PAULA SOUSA, DO RIO DE JANEIRO*

Secretário-executivo do Ministério da Cultura (MinC), Márcio Tavares, historiador, curador de arte e gestor cultural, tornou-se, nos últimos dois anos e meio, o principal interlocutor do governo para uma pauta sensível: a regulação dos serviços de vídeo sob demanda (VoD) atuantes no País.

Embora as plataformas sejam hoje o ambiente por onde mais circulam obras audiovisuais, elas ainda não foram integradas ao arcabouço legal brasileiro. Por isso, ao contrário do que acontece, por exemplo, com distribuidoras estrangeiras de filmes e operadoras de telefonia, elas não recolhem a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

A forma de cobrança desse tributo é um dos focos de desavença do projeto de regulação que o governo pretende colocar em votação este mês e sobre isso Tavares conversou com *CartaCapital* em duas ocasiões: no encontro *Cultura e Criatividade: Impulsionando o Desenvolvimento Ibero-Americano*, realizado no Itaú Cultural, em São Paulo, e no Rio2C, evento de criatividade sediado na Praça das Artes, no Rio.

CartaCapital: Você falou aqui sobre o novo substitutivo que governo apoia. Você pode explicá-lo?

Márcio Tavares: O governo vinha cons-

truindo um substitutivo aos dois projetos em tramitação: um no Senado, relatado pelo senador Eduardo Gomes (PL-TO), e outro, na Câmara, com relatoria do deputado André Figueiredo (PDT-CE). Há algumas semanas, a deputada Jandira Feghali (PCdoB-RJ), após escutar o ministério, apresentou um relatório que representa, em grande parte, nossas posições. Agora faremos um esforço político para que o texto vá a plenário em condições de ser apreciado e aprovado.

CC: É concreta a possibilidade de votação em breve?

MT: O senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) tem trabalhado com os presidentes das Casas para viabilizar a votação na Câmara ainda este mês. A ministra Margareth Menezes também lidera esse processo. Queremos que a votação aconteça neste semestre, para que, no segundo, o projeto seja aprovado no Senado. A fricção política é cons-

tante no País, mas este é um ano mais favorável para avançar nessa pauta.

CC: O que prevê o substitutivo?

MT: Ele prevê cota de obras brasileiras nos catálogos das plataformas em proporção adequada e uma Condecine que garanta a sustentabilidade do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA); assegura o conceito de produtora brasileira independente; e garante a propriedade intelectual aos produtores brasileiros. Diante das condições políticas concretas, esse texto nos parece um acordo possível, que atende à maior parte das reivindicações do setor audiovisual, especialmente o independente. O projeto traz ainda uma regra que prevê que as plataformas reinvestam parte dos recursos pagos em forma de Condecine em licenciamento e pré-licenciamento de obras brasileiras, sobretudo as independentes.

CC: Quais são o percentual da cota e o valor da Condecine?

MT: A cota prevê um mínimo de 10% de obras brasileiras nos catálogos, além da proeminência de tela, que significa a presença delas nas páginas de recomendações. A Condecine é de 6% sobre o faturamento bruto das plataformas.

CC: Como funciona o reinvestimento?

MT: Do total recolhido de Condecine, a previsão é de que 40% vá para o FSA e 60% possa ser reinvestido pelas plataformas em forma de licenciamento e pré-licenciamento de obras brasileiras.

“O nosso Congresso é extremamente refratário a qualquer pauta que envolva os meios digitais”, observa Márcio Tavares



CC: Isso significa que as plataformas poderão usar parte do tributo devido para comprar os direitos de exibição dessas obras por determinado período?

MT: Exatamente. A partir do momento que elas compram, negociam cláusulas como em qualquer contrato de licenciamento. Nosso propósito é manter a propriedade intelectual das obras feitas com recursos públicos com empresas brasileiras.

CC: Em outros projetos, previa-se a possibilidade de parte do tributo ser usada em coproduções.

MT: Há quem defenda esse formato, e ele está colocado, desde que o modelo garanta que o produtor majoritário seja brasileiro. Mas, em princípio, nos parece que o modelo de licenciamento preserve mais a possibilidade de nossos produtores e empresas garantirem o retorno da sua produção, até porque, vencido o prazo do licenciamento, a obra pode ser renegociada com outro *player*. O que a gente refuta é o uso do reinvestimento em obras que tenham a propriedade intelectual estrangeira.

CC: Em originais das plataformas.

MT: Sim, não se pode financiar uma obra estrangeira com dinheiro público.

CC: A Netflix, este ano, manifestou-se a favor da regulação. Como o governo tem percebido a reação geral das grandes plataformas ao substitutivo?

MT: Esse projeto não atende aquilo que as plataformas consideram como a regulação ideal ou desejada. O descontentamento passa, sobretudo, pela modalidade de investimento e reinvestimento.

CC: Ele também não é o que parte da produção independente considera ideal.

MT: Sim, há propostas ainda mais ousadas circulando, mas elas tornariam um acordo de tramitação muito mais complexo.

CC: Além de defender uma Condecine de 12%, algumas entidades ligadas à produção independente se queixaram de não terem sido ouvidas por você.

MT: Nossa posição é buscar a mediação,



Linha de frente. Tavares defende cota de 10% de obras brasileiras nas plataformas

atendendo de forma privilegiada aos interesses da indústria brasileira. Estou sempre aberto a dialogar e já conversei com quase todas as entidades. Mas a gestão do audiovisual tem um número grande de associações. Quando me pedem diretamente uma agenda, busco atender, dentro das minhas possibilidades. Quanto ao porcentual, temos sido coerentes na proposta, até porque, na negociação de um projeto dessa envergadura, para ser um interlocutor confiável, você não pode mudar de posição todo dia, toda hora. É óbvio que respeitamos as demandas por 12%, mas há muito tempo a gente vem trabalhando um texto que traz os 6% de Condecine, algo que, como já disse, não é simples de se conseguir.

CC: Numa entrevista a *CartaCapital* em fevereiro, você, a Secretaria do Audiovisual e a ministra lamentavam o fato de o cinema brasileiro apresentar-se de forma dividida. Isso mudou?

MT: Não. O setor não tem se apresentado de forma uníssona, e isso não ajuda na tramitação. Acho fundamental que o setor tenha confiança no esforço do governo para a aprovação de uma regulamentação que seja favorável à indústria brasileira e à produção independente brasileira. Parece-me que sem uma unidade das entidades e dos artistas, dos formadores de opinião, não vamos conseguir aprovar esse texto, robusto, tal e qual foi apresentado.

CC: A oposição vem mais das plataformas ou dos congressistas?

MT: Nosso Congresso é refratário a qualquer pauta que envolva os meios digitais. A gente conseguiu, na Cultura, desde 2023, aprovar várias leis específicas para o audiovisual, mas nenhuma delas atingia as grandes corporações internacionais.

CC: A regulação do *streaming* é impactada por outras discussões sobre o ecossistema digital? O YouTube mesmo é *streaming*...

MT: Sem dúvida. Mesmo que cada projeto tenha uma especificidade, todos afetam os interesses de grandes corporações – e cada uma tem um comportamento e uma



A PRESENÇA DE FILMES E SÉRIES BRASILEIROS NAS PLATAFORMAS 2024



Fonte: Panorama do mercado de VoD 2024/Ancine



HELENA YOSHIOKAI/NETFLIX

atuação política. Concorro quando você diz que parte desse setor está convencida de que precisa ser regulado. Agora, tem outra parte que não parece estar e que é alcançada pela regulação. Todas essas matérias – regulação das redes, direito autoral, inteligência artificial, *streaming* – são essenciais para o futuro do País, mas têm dificuldade para avançar no Congresso.

CC: Você acha que alguns setores podem entender que esse projeto abre uma brecha para que outras atividades das *big techs* sejam reguladas?

MT: Não tinha pensado por essa ótica, mas acho que é uma argumentação válida. O que sei é que os setores de oposição

Nacionalidade. *Sintonia* (à esq.) é um original Netflix. O governo quer garantir que empresas brasileiras detenham os direitos patrimoniais sobre as obras

ao governo têm buscado, através da desinformação, gerar um clima de pânico.

CC: Fala-se o quê?

MT: Eles associam o valor das assinaturas ao percentual de Condecine a ser aplicado. Mas a Condecine é uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), que não tem nada a ver com o processo da assinatura. Até há, no mundo, regulações que se baseiam no volume de assinaturas, mas a nossa não é assim. Associar o aumento nos preços das assinaturas dos serviços de VoD às posições do governo é terrorismo econômico.

CC: Vocês se inspiraram em regulações de outros países?

MT: Nossa regulação do VoD vai ser única porque ela tem de se inserir em um ecossistema bem formatado, e muito particular – justamente pela natureza da Condecine. Mas vou dar alguns exemplos. A Coreia do Sul exige um reinvestimento de 3% do faturamento em obras sul-coreanas. A França tem um percentual de 20% a 25%, mas é sobre a receita parcial, ou seja, descontados todos os impostos, e tem cota para produções europeias. Na Espanha, o reinvestimento não tem exigência de propriedade, só de língua.

CC: Você chegou a ser citado como defensor das *big techs*. De onde acha que vem essa percepção?

“Associar o aumento nos preços das assinaturas às posições do governo é terrorismo econômico”

MT: De onde vem, não sei. Mas sei que sou um nacionalista de esquerda, comprometido com a indústria nacional, e sou uma pessoa do diálogo – não vou deixar de conversar com ninguém, porque esse é um exercício que meu cargo exige. Só tenho a lamentar que sejam passadas para a imprensa versões que têm o objetivo não de contribuir para o debate, mas de destruir personalidades.

CC: No Rio2C, você esteve numa mesa sobre a criação de uma Film Commission federal – ação para atrair produções estrangeiras e filmagens para o País. Isso fez parte das estratégias de negociação da regulação do VoD?

MT: Não, são coisas muito separadas. Uma coisa é enfrentar a dimensão regulatória. Outra é trabalhar essa dimensão da atração de investimentos estrangeiros, fortalecimento das coproduções internacionais e melhor na infraestrutura. Essas agendas não se cruzam. Estruturalmente, a regulação do VoD é muito mais importante. As iniciativas para atração de investimentos são um tratado de política pública.

CC: O que significa regular o mercado, no audiovisual?

MT: A regulamentação deve entender os desiguais de forma desigual. A ação do Estado existe para dar proteção maior a quem não sobreviveria numa competição feroz. Advogamos, sobretudo, por quem tem menos capacidade de incidência – que, neste caso, é a produção independente. O ambiente regulatório deve, ao mesmo tempo, garantir que as plataformas prosperem no Brasil, para que sigam investindo recursos próprios e aumentem a base de contribuição da Condecine, que alimenta o fundo público. A regulação precisa ainda pensar nas plataformas independentes brasileiras. Uma boa regulação, em resumo, deve tanto permitir o crescimento do setor quanto garantir o equilíbrio das assimetrias existentes. •

**A jornalista viajou a convite do Rio2C.*

Tia Alice está de volta

MÚSICA Alice Cooper, que fez o primeiro megashow de rock no País, em 1974, se apresenta em São Paulo pela oitava vez

POR AUGUSTO DINIZ

Em 1974, um ano depois de ter lançado *Billion Dollar Babies*, disco de enorme sucesso e considerado um dos grandes registros de rock daquela década, a banda Alice Cooper veio apresentar-se no Brasil. Aquela era a primeira vez que o País recebia um megashow de rock internacional.

O repertório das apresentações realizadas em São Paulo e no Rio de Janeiro era formado, basicamente, pelas músicas de *Billion Dollar Babies* e *Muscle of Love*, também lançado em 1973 – e que seria o último da banda. Pouco depois da antológica turnê, o grupo se separou.

Nosábado 14, Alice Cooper, que tem 77 anos e carrega a insígnia de pai do *shock rock*, por conta das exhibições impactantes e inusitadas, volta a São Paulo. Ele fará apresentação única no festival Best of Blues and Rock 2025, que se encerra no domingo 15, no Parque do Ibirapuera.

No mês que vem, o artista lança *The Revenge of Alice Cooper*, álbum com a formação clássica da banda criada em 1967, que teve o primeiro sucesso com a canção *I'm Eighteen* (1970) e era formada por Cooper, Michael Bruce (guitarra), Dennis Dunaway (baixo) e Neil Smith (bateria). O guitarrista Glen Buxton, que integrou o grupo no início, morreu em 1997.

Markada por apresentações teatrais de terror, a banda tinha como elemento central da turnê feita no Brasil uma guilhotina. Nela eram decapitados bonecos, manequins e até o vocalista.

A apresentação na capital paulista, que levou mais de 100 mil pessoas ao Anhembi – número então muito expressivo – teve momentos de confusão e empurra-empurra, chegando a ser interrompida. Nos bastidores, a imagem transgressora de Cooper incomodava os militares então no poder.

Além do contexto político repressor e do ineditismo daquele tipo de performance, o que contribuiu para que a turnê se tornasse um marco foi o fato de a banda ter se desfeito logo depois dela.

Um dos focos de atrito eram, justa-

mente, os excessos performáticos de Vincent Furnier, o vocalista nascido em Michigan, nos Estados Unidos, que, após a separação, adotou como nome artístico o próprio nome da banda: Alice Cooper.

Ele só voltaria ao País 20 anos depois, em 1995, década em que o Brasil se estabeleceria como rota de shows internacionais. Na ocasião, apresentou-se no festival *Monsters of Rock*, em São Paulo, que contou também com Ozzy Osbourne, outro ícone do *heavy metal*.

Mas, entre o primeiro e o segundo show no Brasil, o músico viveu altos e baixos. No lançamento de seu primeiro disco solo, *Welcome to My Nightmare* (1975), Cooper exageraria ainda mais no terror. Com o segundo solo, *Alice Cooper Goes to Hell* (1976), ele manteria em alta sua popularidade.

Na sequência, no entanto, sua carreira começou a entrar em decadência, com álbuns malsucedidos. Àquela altura, o mercado estava menos receptivo ao rock pesado. Além disso, o consumo excessivo de álcool e drogas começava a atrapalhar sua performance como artista. Em 1983, Cooper internou-se para tratamento. Na década de 1980, começou a participar de filmes de terror *trash*.

A volta por cima veio com os álbuns *Hey Stoopid* (1991) e o conceitual *The Last Temptation*, lançado um ano antes de sua segunda visita ao Brasil. Cinco anos depois, Alice Cooper faria sua terceira aparição no País, com a *British Rock Symphony*, uma versão orquestrada caça-níquel do rock, na qual ele cantou quatro clássicos do gênero – sendo apenas um, *School's Out*, de seu repertório.

Em 2003, ele passou a ter seu nome na Calçada da Fama em Hollywood e, quando voltou ao Brasil, em 2007, para shows em Curitiba e São Paulo, dando início à turnê mundial *Psycho Drama Tour*, já era conhecido como “Tia Alice”, por conta

A turnê de 50 anos atrás foi um marco pelo ineditismo da performance, que incluía decapitações, e pelo incômodo que causou nos censores



da idade. Os shows mantiveram a teatralidade do *rock horror*.

Na quinta visita ao Brasil, em 2011, ele seguia com a presença grotesca e atuação performática, desfilando clássicos como *No More Mr. Nice Guy*, *Only Women Bleed* e *Feed My Frankenstein*.

Suas duas últimas aparições no País foram em 2015, com a banda Hollywood Vampires, que contava também com o ator Johnny Depp e Joe Perry (guitarrista do Aerosmith), e em 2017. Nesse último show, solo, ele apresentou músicas de *Paranormal*, um de seus melhores álbuns deste século.

O fato de Cooper participar de duas edições seguidas do maior festival de música no Brasil revela a existência de

um público cativo às suas apresentações.

Um ano antes, em 2016, ele havia se lançado como candidato à Presidência dos Estados Unidos com o *slogan* “um homem problemático para tempos problemáticos”, numa picardia ao momento polarizado da disputa entre Hillary Clinton e Donald Trump.

Na verdade, Alice Cooper havia se autoproclamado candidato pela primeira vez quando tornou a música *Elected*, com versos como: *I never lied to you, I've always been cool / I wanna be elected* (“Eu nunca menti para você, eu sempre fui legal / Eu quero ser eleito”).

Na época, a sátira tinha como alvo Richard Nixon, que acabou reeleito em 1972 – tendo sido afastado do cargo dois anos depois, no emblemático Caso

História do hard rock. No mês que vem, será lançado *The Revenge of Alice Cooper*, álbum com a formação clássica da banda que foi criada em 1967 e se desfez logo após os shows no Brasil

Watergate. Cooper repetiu o gesto jocoso de se candidatar simbolicamente à Presidência dos Estados Unidos em 2020 e 2024.

A nova apresentação de Alice Cooper no Brasil deve ser novamente teatral e macabra, com direito ao já clássico sangue falso, mas menos chocante. Agora, afinal de contas, o público, já escaldado em sua performance, está mais interessado em partilhar um tempo, ao vivo, com um artista que ajudou a escrever a história do *hard rock*. •

Estilhaços e aforismos

LIVRO O NOVO TRABALHO DO ECONOMISTA PAULO NOGUEIRA BATISTA JR. PROCURA A RESPIRAÇÃO POSSÍVEL DO PENSAMENTO

POR VLADIMIR SAFATLE*

Economia. Como pode uma ciência que mal e mal consegue explicar o passado ter a pretensão de prever o futuro? Para os economistas, não só o futuro, mas até o passado é imprevisível.”

Esse é um dos aforismos do novo livro do economista Paulo Nogueira Batista Júnior, *Estilhaços*. Livro escrito, como diz o autor, nas horas de insônia, em uma espécie de segunda vida, na qual ele podia dar vazão às suas inquietações que circulavam fora do horizonte composto por seus conhecidos textos de economia, política e análise de conjuntura. O resultado é uma procura que passa pelo fragmento, pelo aforismo, pelo ensaio e outras formas de escrita dos que procuram, na ausência de sistematicidade, a respiração possível do pensamento.

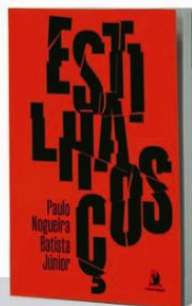
Há uma questão de estilo importante levantada por empreitadas como essas. A escrita aforismática em filosofia tem uma inflexão moderna que a faz completamente distinta das meditações concisas que encontramos na filosofia antiga. Que se pense em Marco Aurélio e em Epicteto, entre outros. Essas orientações para a sabedoria eram registros de um observador que, como imperador ou como escravo, pôde colocar-se diante do curso do mundo. A primeira pessoa tem a função de uma testemunha que relata, não de uma perspectiva que aprende primeiramente suas próprias limitações, hesitações e sua distância em relação ao fundamento, como será entre os modernos.

É com essas marcas que a escrita aforismática se tornará uma dissecação do Eu e de suas ilusões, como vemos nos moralistas franceses (La Rochefoucauld, La Bruyère, e mesmo Pascal, tão convocados no livro de Paulo Nogueira). Mesmo em Descartes, escrever na primeira pessoa terá o sentido de expor suas errâncias, confrontar-se terras firmes que não serão tão firmes assim, pois nos exporão a subjetividades transcendentais e morais provisórias.

Mas essas marcas de exílio da escrita aforismática serão recuperadas no romantismo para se tornar um perspectivismo assumido como condição para a inteligência do que só se oferece quando as aspirações de sistematicidade e totalidade



Fruto de inquietações. O autor diz ter escrito os textos “nas horas de insônia”



ESTILHAÇOS
Paulo Nogueira Batista Jr.
Editora Contracorrente
(320 págs., 95 reais)

da razão são depostas. Ele aparece agora como uma forma paradoxalmente mais próxima dos objetos. Forma que sente os impactos dos objetos na própria tentativa de apreendê-los. Por isso, escrita paradoxalmente mais realista. Não apenas o romantismo inicial dos irmãos Schlegel, Novalis, mas principalmente o romantismo mais tardio de Schopenhauer e Nietzsche. É desse romantismo tardio que o livro de Paulo Nogueira se aproxima mais. Nessas horas, aparece o humor de apreensões como *Esprit de finesse, s'il vou plaît!* A razão analítica ou “o espírito de geometria”, como diria Pascal, é essencialmente incapaz de dar conta de certos assuntos.

Veja-se, por exemplo, como Spinoza aborda o amor. Sua definição chega a parecer simples ironia: “O amor é a alegria conjuntamente à ideia de causa externa”. A amada, designada como “causa externa”, fica irreconhecível. É o que sempre acontece: “O geômetra disseca e, por isso mesmo, não sabe lidar com assuntos como amor, arte, beleza, vida”.

Para além dos aforismos, o livro ainda traz fotos, lembranças e crônicas, criando um horizonte em estilhaços no qual a experiência do que nos afeta constitui um contínuo. •

*Filósofo, escritor e músico.



Assombrações à beira-mar

FILME PRÉDIO VAZIO CONSOLIDA O CAPICHABA RODRIGO ARAGÃO COMO O GRANDE NOME DO CINEMA BRASILEIRO DE HORROR

POR MARCELO MIRANDA

Com a morte de José Mojica Marins, em 2020, o cinema brasileiro de horror perdia sua maior referência. O gênero, por outro lado, já vivia seu momento mais efervescente desde a década de 1970. Falar em “herdeiros de Zé de Caixão” é um tanto exagerado, mas há discípulos e continuadores do visionário Mojica. Um deles, talvez o com maior reconhecimento, é o capixaba Rodrigo Aragão.

Aragão, de 48 anos, estreou no longa-metragem com *Mangue Negro* (2008)

e chamou atenção pela inventividade e vigor ao tratar de um ataque zumbi em meio à poluição de um manguezal. Quase duas décadas depois, ele chega ao circuito com seu sétimo longa-metragem, *Prédio Vazio*, em cartaz nos cinemas desde a quinta-feira 12.

“Em cada filme me proponho um desafio”, diz o diretor. “Em *A Noite do Chupacabras* (2011) quis fazer um *western* de terror numa floresta tropical. Em *O Cemitério das Almas Perdidas* (2020) busquei um épico sobre a colonização do Es-

Artesania. O sétimo longa-metragem do diretor foi rodado na cidade de Guarapari

pírito Santo com vampiros. Agora, em *Prédio Vazio*, queria fazer uma história de fantasmas, e o cenário urbano de Guarapari parecia perfeito.”

Nascido numa vila de pescadores chamada Perocão, próxima a Guarapari, cidade litorânea a 53 quilômetros da capital Vitória, Aragão sempre se intrigou com os imensos edifícios da orla que permanecem praticamente sem nenhum morador fora do verão. São centenas de apartamentos só ocupados por turistas durante as altas temporadas. O que fica por ali no resto do ano é o ponto de partida para a fantasia assombrosa de *Prédio Vazio*.

O filme tem como uma das protagonistas Gilda Nomacce, atriz paulista cada vez mais vinculada a papéis assustadores. Ela interpreta a zeladora de um edifício esvaziado depois do Carnaval, que precisa lidar com a chegada de uma garota desesperada em busca da mãe, sumida desde o fim da folia na cidade. Num estilo visual similar a *Suspíria* (1977), de Dario Argento, e presenças fantasmagóricas parecidas com o que se via no horror japonês dos anos 1990, o filme encontra uma linguagem própria.

Também maquiador e profissional de efeitos especiais, Rodrigo Aragão é um artesão que constrói todos os detalhes das imagens. Em *Prédio Vazio*, essa impressionante composição aparece não apenas no visual das criaturas que atravessam o filme, mas também na arquitetura.

O prédio do título, por exemplo, não existe de verdade. “Construímos o interior do edifício numa casa e criamos a parte externa com miniaturas e maquetes”, revela o diretor. “São truques que nem sempre o público percebe, mas que dão um ar de cinema antigo ao filme.” •

AFONSIÑO

Primeiro jogador de futebol a conquistar o passe livre, foi ídolo do Botafogo nos anos 1960. Médico, usou o esporte para auxiliar no tratamento de pacientes psiquiátricos



A estreia de Ancelotti

► No fim, deu tudo certo em termos de resultado: a Seleção Brasileira está classificada para o próximo Mundial

Em meio à Liga das Nações do vôlei e à visita do gigante grego Antetokounmpo – um dos maiores nomes da NBA – ao Brasil, a Seleção Brasileira de futebol garantiu a classificação para a Copa do Mundo do ano que vem, na América do Norte. Isso tudo sem contar as decisões finais da temporada 2024–2025 nos esportes europeus e norte-americanos, que agitam o calendário esportivo mundial.

As vitórias do Brasil sobre o Paraguai nunca foram simples. E esta semana, mais uma vez, mexeram com a vida do torcedor brasileiro em um momento conturbado do País, refletido até nos comentários e nas análises esportivas, que vêm demonstrando certa desorientação em boa parte da mídia.

Houve, inclusive, certo desrespeito aos nossos adversários. Isso num estágio crítico do nosso futebol. Antes da partida contra o Paraguai, repetiu-se exaustivamente o discurso ultrapassado de que o Brasil é o “país do futebol” – não por engano, mas, infelizmente, por pura desinformação.

Muita gente tratou como “favas contadas” a vitória brasileira sobre o Paraguai e a derrota da Venezuela para o Uruguai, sem lembrar que o Paraguai sempre foi um adversário duro e competitivo.

Já a Venezuela, mesmo sem o peso da história uruguaia, vem crescendo a olhos

vistos, revelando jogadores de destaque em seus clubes e consolidando sua seleção como uma equipe capaz de surpreender. No fim, deu tudo certo em termos de resultado: a Seleção Brasileira está classificada para o próximo Mundial.

Mas o mais importante foi a estreia do técnico Carlo Ancelotti em solo brasileiro, marcada por uma mudança visível de comportamento da equipe. O jogo, disputado palmo a palmo na Neo Química Arena, em São Paulo, mostrou uma seleção com atitude e foco.

A vitória veio com muito esforço. O time jogou com um espírito transformado. Não fosse essa entrega, o resultado poderia ter sido outro – como quase aconteceu no empate contra o Equador.

A vitória por 1 a zero, embora apertada, foi merecida e vale muito nesse estágio de formação do grupo. Foi o que se costuma chamar de “vitória-chave”.

A vibração dos jogadores contagiou o time inteiro. E essa mudança de atitude pode representar um salto importante na evolução da preparação para a Copa, reforçando um espírito de grupo que já é visível e valorizado por Ancelotti.

Entre os destaques tivemos Bruno Guimarães, que estreou como titular e jogou com personalidade; Raphinha, em grande forma, mantendo o que já vinha mostrando em seu clube; e Alex Sandro, que surpreendeu pela lucidez e tranquilidade ao longo de toda a partida. Vinícius Jr., com uma bela atuação, também merece aplausos.

As mudanças no time e no estilo de jogo mostraram o domínio estratégico do treinador e a confiança passada ao grupo. Um bom exemplo foi a liberdade dada a Vini Jr., que atuou mais por dentro.

A defesa também se destacou – sólida,

ainda sem sofrer gols nessa nova fase, sustentada por um meio-campo bem equilibrado. Ancelotti abriu mão de um armador clássico, algo que muita gente pedia, diante da escassez de um centro-avante de referência.

Apostou em Bruno Guimarães, que agarrou a chance com unhas e dentes, fazendo excelente cobertura defensiva e se movimentando com inteligência.

Depois da vantagem no placar, entrou Gerson, que deu mais cadência ao jogo e ajudou a controlar o ritmo de uma partida marcada pelo desgaste físico intenso.

Do lado paraguaio, merece destaque a atuação firme do zagueiro Gustavo Gómez, do Palmeiras, que ajudou a manter o placar apertado até o fim. O futebol sul-americano anda bem competitivo.

Enquanto o Brasil suava para vencer o Paraguai, a Argentina – a melhor seleção do continente hoje – teve de correr atrás do empate em casa contra a Colômbia.

Já o Uruguai venceu a Venezuela com mais uma grande atuação de De Arrascaeta, que vive uma fase iluminada. Sorte a nossa podermos vê-lo de perto, jogando por aqui.

Passada a Data Fifa, com os jogos classificatórios para a Copa do Mundo, o calendário já emenda com o primeiro Mundial de Clubes no novo formato, que começa na próxima semana. Os clubes seguem treinando em suas sedes, enquanto aguardam o retorno dos atletas convocados. Haja fôlego.

Assim como aconteceu a final emocionante da Liga das Nações entre Espanha e Portugal, decidida nos pênaltis, com partidas de altíssimo nível. Nuno Mendes e Vitinha brilharam pelos portugueses, enquanto Mikel Oyarzabal, entre outros, foi destaque pelo lado espanhol. Mais um jogo. •

redacao@cartacapital.com.br

LIGIA BAHIA

Médica, professora titular da UFRJ, coordenadora do Grupo de Pesquisa e Documentação sobre Empresariamento da Saúde



Fios desencapados

► Uma das perguntas suscitadas pelo programa “Agora Tem Especialistas” é: as ambiciosas metas assistenciais serão compatíveis com os gastos públicos com saúde?

O “Agora Tem Especialistas”, lançado em 30 de maio, veio para diminuir tempos de espera para seis especialidades e garantir acesso oportuno e adequado. Para tanto, vai utilizar a capacidade instalada existente, incluindo setor filantrópico e privado, qualificar a atenção primária, modernizar e equipar hospitais públicos e aumentar vagas para residência médica. O comitê responsável pela implementação do programa inclui órgãos públicos, operadoras de planos e entidades de representação das filantrópicas.

A consigna “dar um jeito nas filas”, figura carimbada em todos os programas eleitorais de prefeitos, governadores e presidentes, dessa vez recebeu adendos inovadores. A previsão é responder, ainda em 2025, aos problemas de saúde acumulados e aos desafios contemporâneos, em particular, aos cânceres.

O “Agora” tem duplo sentido: a urgência, o compromisso de não enrolar os pacientes e uma aposta no papel decisivo da saúde nas eleições presidenciais em 2026. Outras novidades consistem em um arranjo legal híbrido e mais centralizado, tabelas turbinadas de remuneração e troca de dívidas por

serviços de estabelecimentos e empresas classificadas como “Não SUS”.

Somando acertos técnicos (prioridades bem selecionadas) e a convocação de empresas, o “Agora Tem Mais Especialistas” tenta abrir uma trilha para o uso imediato da atenção especializada, que não por acaso tem natureza privada.

As premissas heterodoxas do programa suscitam dúvidas. A principal pergunta é se a oposição e os ferrenhos defensores das linhas de demarcação entre público e privado (não necessariamente os mesmos) estão sintonizados com as expectativas do Ministério da Saúde. Governadores, prefeitos de coligações de direita e empresários, entorpecidos por vícios de benefícios públicos, se moverão em direção a uma estrutural ampliação do acesso para os mais pobres?

Outra indagação crucial diz respeito à compatibilidade entre a magnitude das atividades previstas e a alocação de recursos financeiros. Para diagnosticar e tratar inúmeros problemas (entre os quais mais de 1,3 mil tipos de cirurgias) estariam disponíveis 15 bilhões de reais, valor que corresponde a menos de 10% do orçamento destinado ao Ministério da Saúde em 2025. As cifras expostas durante a apresentação do “Agora Tem Especialistas” serão revistas, acrescidas? As ambiciosas metas assistenciais do programa serão compatíveis com mais gastos públicos com saúde?

Nesse mesmo sentido, o da origem das despesas, é relevante saber sobre as reais possibilidades da troca de dívidas por serviços. Como foram calculados os 4,4 bilhões de reais a serem convertidos? O que significa essa pequena fração do montante devido pelas empresas do setor? A permuta tem prazo de validade?

Ficará vigente um processo permanente de renúncias tributárias? Com uma tabela SUS *plus* e empresas de planos de saúde e hospitais que remanejem suas dívidas, os pacientes do SUS serão admitidos pela porta da frente em estabelecimentos privados e filantrópicos?

Usar dinheiro com chapéu alheio desperta muitas incertezas. No “Instagram” ministerial, paciente atendido em uma Unidade Básica de Saúde é encaminhado direto para um hospital privado, como será o fluxo público-privado na realidade? Funcionários do SUS entrarão nesses estabelecimentos para verificar a qualidade e a segurança dos procedimentos? Quem será o responsável por eventuais intercorrências, erros?

A quarta questão refere-se à frota nacional de carretas e ambulâncias. Nesses veículos haverá saúde digital, uso de energia limpa, equipamentos adequados e profissionais capacitados, condizentes com o desenvolvimento sustentável? A perpetuação de assimetrias entre urbano e rural, cidades e áreas remotas, modernidade e atraso, expressa em ações precárias para populações ribeirinhas e indígenas, seria a antítese da ampliação do acesso e uso de procedimentos especializados?

Ter muito fio desencapado não merece o “Agora Tem Especialistas”, mas políticas democratizantes, quando misturadas com a lógica do rendimento eleitoral, correm risco de desandar. Medidas complementares podem conferir suportes duráveis e progressivos para o programa. Com certeza, o que não pode faltar é participação ativa, atenção redobrada, críticas de entidades da sociedade civil, parlamentares, órgãos de controle e instituições de pesquisa. •

redacao@cartacapital.com.br



POLÍTICA NA VEIA



Política na Veia é o podcast semanal de política da *CartaCapital*. A cada semana, Sergio Lirio (*CartaCapital*), Claudio Couto (*Fora da Política não há Solução*) e Luis Nassif (*GGN*) discutem os principais assuntos do cenário político em conversas profundas, com análises objetivas e opiniões contundentes sobre a política nacional.



SE VOCÊ TEM POLÍTICA NO SANGUE,
OUÇA **POLÍTICA NA VEIA**

TODA QUARTA-FEIRA,

NO SPOTIFY, YOUTUBE E NAS PRINCIPAIS PLATAFORMAS DE ÁUDIO.



Carta

Papel planta ÁRVORES

Todos os dias, no Brasil, são plantadas 1,5 milhão de árvores para a fabricação de celulose e de papel.

Boa notícia para os consumidores que preferem ler jornais, revistas e livros impressos. Depois de ler, compartilhe e recicle!



Saiba mais



lovepaper.org.br

Fundada em 2008, Two Sides é uma iniciativa global, sem fins lucrativos, que divulga os atributos únicos, sustentáveis e atraentes do papel e das embalagens de papel, bem como esclarece equívocos comuns sobre seus impactos ambientais. Two Sides é uma colaboração de empresas de celulose, papel, embalagens, gráficas, editoras, jornais e revistas e opera na Europa, América do Norte e do Sul, África do Sul, Austrália e Nova Zelândia. Papel, cartão e papelão são recicláveis biodegradáveis e provêm de florestas cultivadas.

Papel, cartão e
papelão: uma ótima
história ambiental
para contar



twosides.org.br